



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146
Porto

Capital Social : 20.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de
matrícula e de identificação fiscal 501669477

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2009

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**

RELATÓRIO GESTÃO

1. Principais Indicadores
2. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
3. O Grupo Ibersol
 - 3.1. Estrutura de negócios do Grupo Ibersol
 - 3.2. Perfil estratégico do Grupo
 - 3.3. Órgãos Sociais
 - 3.4. Principais acontecimentos em 2009
 - 3.4.1. A abertura de novos conceitos
 - 3.4.2. O Programa Viva Bem: uma aposta no Kids Bike Tour
 - 3.4.3. A intensificação da Certificação ISO22000
 - 3.4.4. As aberturas
 - 3.4.5. O lançamento da Escola Ibersol, uma Escola para a Vida
4. Enquadramento Económico
 - 4.1. Situação económica mundial
 - 4.2. Situação em Portugal
 - 4.3. Situação em Espanha
5. Portugall
 - 5.1. Restaurantes e Delivery
 - 5.2. Counters
 - 5.3. Travel
 - 5.4. Quiosques de café
 - 5.5. Catering
 - 5.6. Concessões
 - 5.7. Logística
6. Espanha
 - 6.1. Restaurantes e Counters
 - 6.2. Delivery
7. Gestão sustentável
8. Análise financeira consolidada
9. Perspectivas para 2010
10. Factos Subsequentes e Declaração de Conformidade
11. Agradecimentos

Ser uma referência no mercado da restauração moderna em Portugal e Espanha é a Visão que coloca o Grupo Ibersol todos os dias em movimento, com uma inquietação e determinação que caracterizando o seu perfil de actuação só são possíveis pela aplicação do seu importante capital de conhecimento.

O Grupo quando arrancou no início dos anos noventa, ajudou ao nascimento de novas opções de consumo e, sobretudo, criou tendências que modelaram o mercado. Partiu de uma empresa monomarca para um grande operador multi-conceito e multinacional, estruturante do tecido empregador português.

Hoje em dia a Ibersol é uma empresa multicêntrica, com uma visão focada nas necessidades que o mundo e os consumidores lhe colocam.

Assim como nasceu um grande Grupo, cresceram também os diferentes papéis e responsabilidades sociais. O conhecimento e entendimento da estrutura envolvente que resulta da sua dimensão e a interacção permanente a diferentes níveis: com o consumidor e suas famílias, com a comunidade e colaboradores.

Em linha com a visão estratégica, o Grupo Ibersol manteve em 2009 um volume de vendas líquidas superiores aos duzentos milhões de euros. Com um crescimento de 6,5%, o resultado consolidado líquido do exercício ascendeu no final do ano de 2009 a 15,1 milhões de Euro.

Hoje o Grupo opera 429 restaurantes, de várias marcas e propostas de valor diferenciadas, 406 em regime de exploração própria e 23 em regime de franquia, 1 em Portugal e 22 em Espanha.

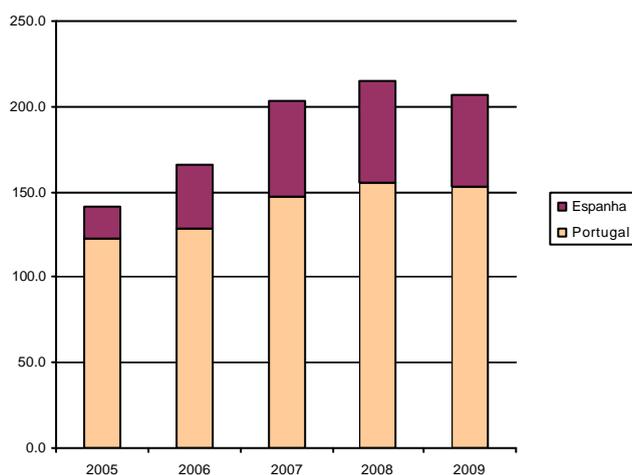
1. Principais Indicadores

INDICADORES ECONÓMICOS 2009

	Volume negócios	Resultados operacionais	Resultados antes impostos	Resultados líquidos
Mn Euros	207.3	22.3	20.4	15.1
Var %	-3.4%	-5.8%	4.7%	6.0%

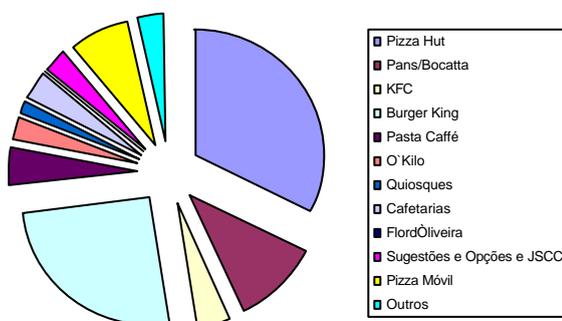
Volume Negócios e Número de Unidades

Volume Negócios (mn €)

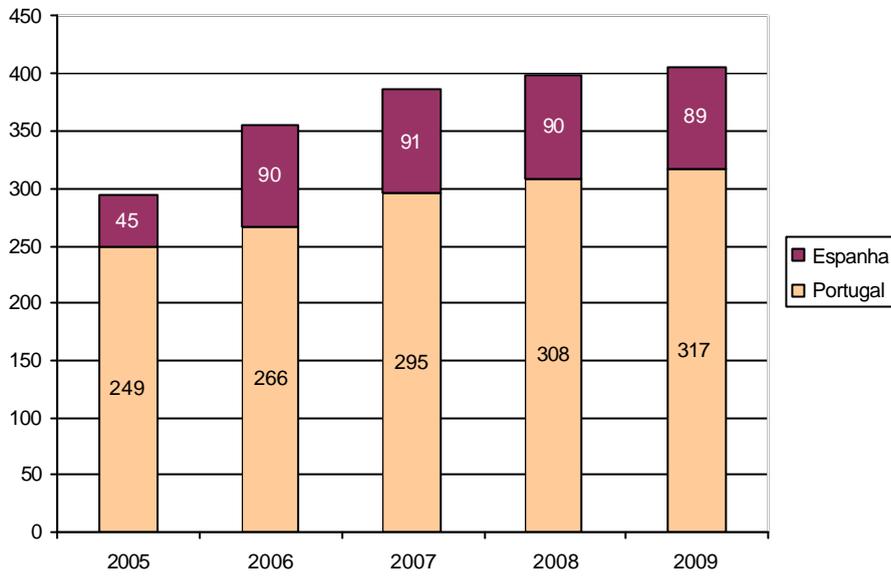


Mn €	2009	2008	Var. %
Portugal	154	156	-2%
Espanha	54	58	-8%

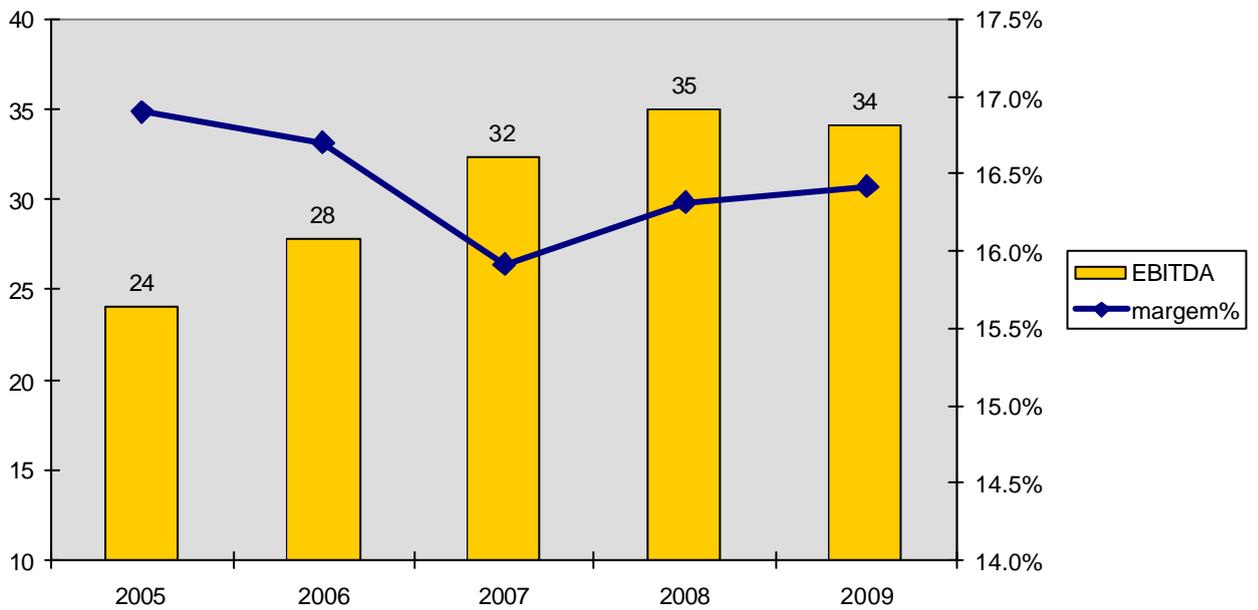
Repartição das Vendas por Marca



Número de Unidades Próprias



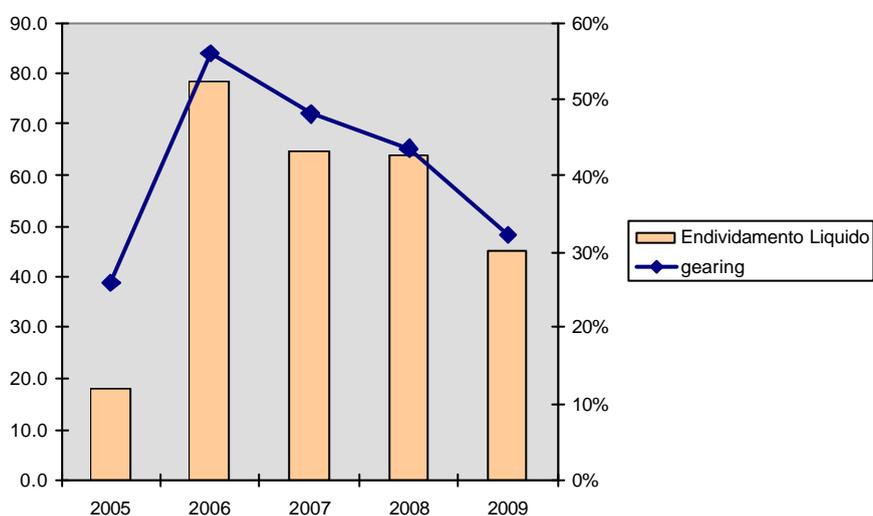
EBITDA



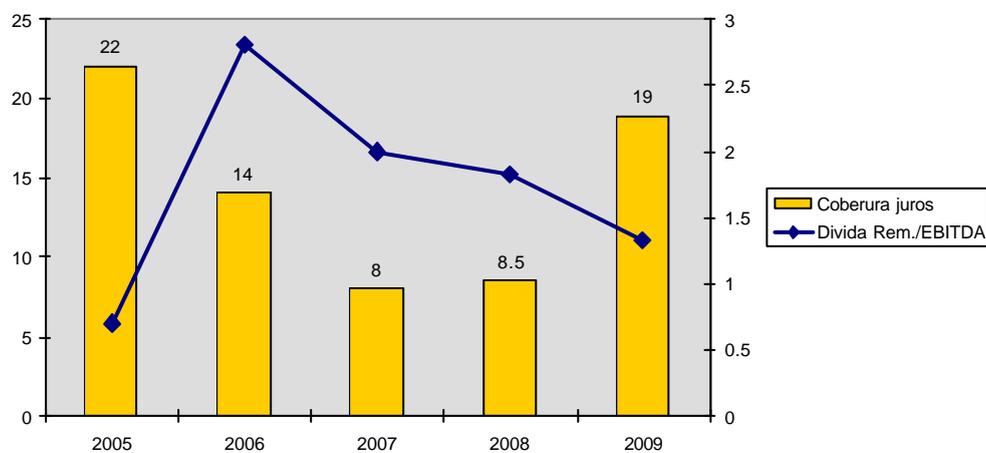
INDICADORES FINANCEIROS 2009

	Activo líquido	Endividamento líquido	Capital próprio
Mn Euros	222	45.1	91.8
Var %	4.5%	-29.5%	17.8%

Endividamento Remunerado Líquido (mn €)



Rácios: Cobertura de Juros e Dívida Remunerada/Ebitda



2. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

“É nos períodos mais conturbados que se revelam as forças e fraquezas das organizações. É fácil crescer num ambiente favorável. É difícil manter e criar valor em períodos conturbados e de grandes mudanças.

Por isso, em 2009, no auge da crise internacional e da consequente retracção do consumo, o Grupo Ibersol mostrou ao mercado a razão de ser de uma forma muito própria de pensar o seu negócio.

Estávamos preparados.

Porque estávamos preparados, em 2009 pudemos focar a nossa actividade nos quatro eixos de sempre: crescer, consolidar, inovar e internacionalizar. Durante o exercício todos mereceram a nossa atenção, mas as pressões do curto prazo ditaram que alguns tenham merecido mais atenção: a consolidação financeira e organizativa e a inovação de novas formulas de negócio e de novos sistemas de gestão.

Se não crescemos no exercício, mantivemos a nossa vitalidade, criamos novas formas de olhar o nosso negócio e estudamos novos mercados.

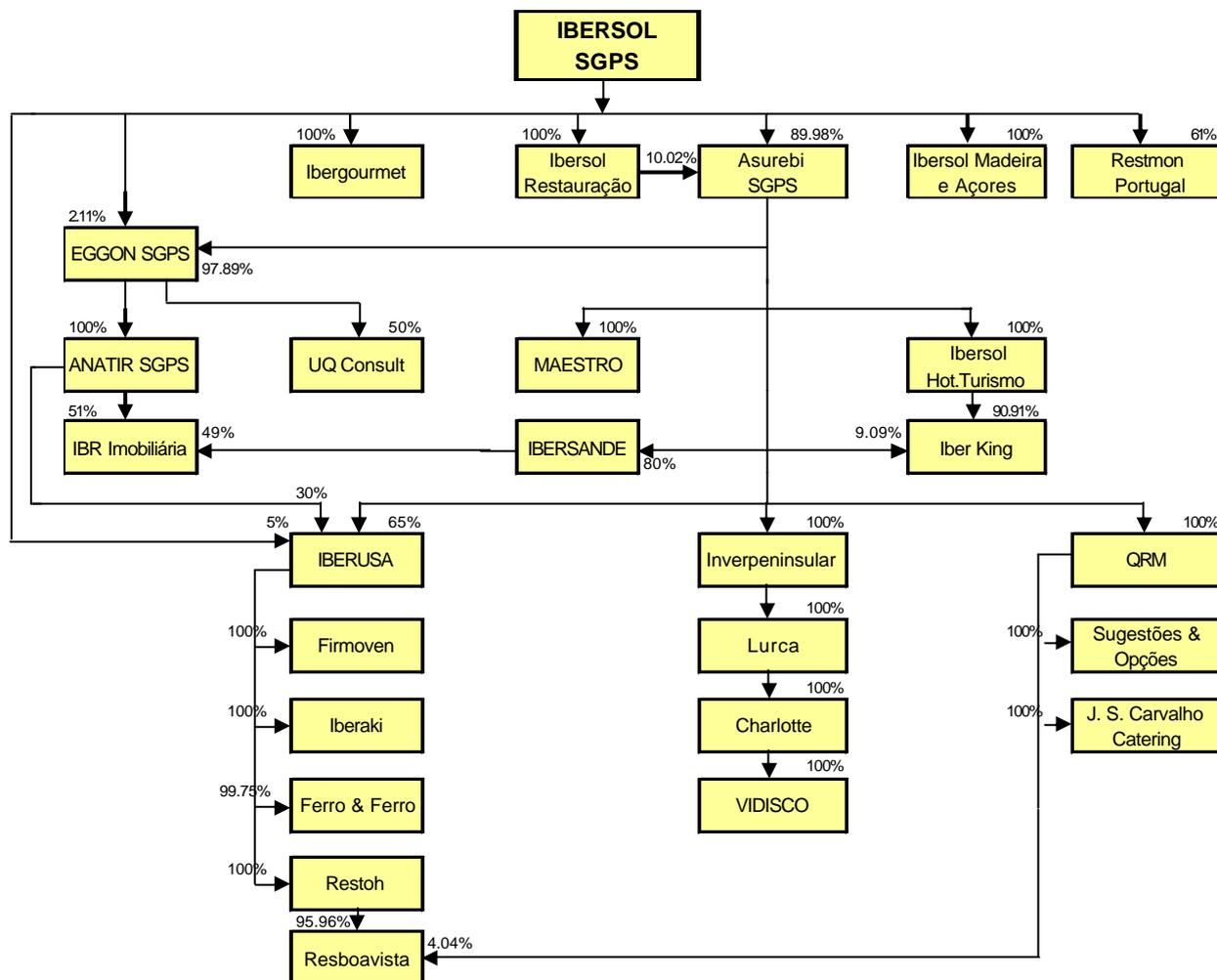
Os resultados de 2009, com um ligeiro decréscimo no volume do negócio e *cash flow* operacional, mostram a forte preparação do Grupo Ibersol para enfrentar cenários mais adversos.

Os próximos exercícios demonstrarão que encontraremos os caminhos do crescimento e saberemos abrir novas frentes”.

3. O Grupo Ibersol

3.1. Estrutura de negócios do Grupo Ibersol

PARTICIPAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009



3.2. Perfil estratégico do Grupo

O percurso do Grupo Ibersol inicia-se com a abertura da primeira Pizza Hut em Portugal em 1990, um momento marcante para os consumidores portugueses, numa altura em que despertavam para a realidade das grandes marcas internacionais da restauração. A Pizza Hut ainda hoje é reconhecida pela forte capacidade de inovação, variedade de escolha (*buffet saladas*) e serviço diferenciador.

Mas a determinação, entusiasmo e ambição do Grupo foi muito mais além, possuindo hoje a Ibersol um *portfólio* de 13 negócios com implantação ibérica, desde ofertas em *counters* e restaurantes, passando pelos multi-conceitos concentrados em zonas de tráfego (longo curso ou aeroportos), até aos formatos *catering*, *delivery* ou *take away* em resposta à evolução das necessidades do consumidor e à importância de novo dada ao consumo de refeições em casa.

O seu perfil estratégico, com visão naquilo que o mundo e os consumidores lhe colocam, fez do Grupo uma entidade com uma oferta diversificada em formatos e canais, com uma proposta de valor multi-conceito.

Em 1997 a empresa passa a estar cotada na Bolsa de valores de Lisboa, chegando a integrar o núcleo de cotadas que formam o indicador PSI20. Em 2003 o Grupo alarga a sua actividade ao mercado espanhol e em 2006 com a aquisição da Lurca, um importante franchisado Burger King, torna-se claramente ibérico e multinacional.

A empresa tem prosseguido uma estratégia de crescimento sustentando e de constante geração de valor, resultado de um elevado ritmo de crescimento aliado ao forte investimento no desenvolvimento e diversificação do negócio.

Num mercado em fortes ajustamentos o Grupo tem valorizado constantemente o seu capital de conhecimento, criando valor ao nível das competências das suas pessoas e consequentemente, da sua organização.

O rumo estratégico no Grupo é muito claro e alicerçado nos seguintes vectores:

Crescimento e consolidação

O ano 2009 caracterizou-se pela implementação do programa de aberturas e intensificação do processo de reestruturação do *portfólio* de unidades. Este percurso levou sempre em consideração o conhecimento do consumidor e seus hábitos bem como o ciclo de vida de cada marca. Marcas em fase de crescimento foram acompanhadas e a sua expansão incentivada, Marcas numa fase de maturidade avançada, foram objecto de reestruturações que resultaram da

erosão no tempo. Quando se gere mais de 400 unidades, tem de se ter a flexibilidade para trabalhar essa diversidade em função dos factores de enquadramento local, respondendo caso a caso, ao comportamento do consumidor.

Chamamos de Resiliência à nossa capacidade de crescer em cenários tensos.

Lançamento de novos conceitos

Porque o mercado não é estático, nem o consumidor fica necessariamente paralisado pelas crises, a Ibersol prosseguiu com o alargamento do *portfólio*, contribuindo para o alargamento da oferta do mercado da restauração moderna.

O consumidor do universo da restauração alterou-se significativamente nos últimos anos. Alargou os seus limites para o saudável e *gourmet*, para a comida tradicional e propostas étnicas. Rege-se por motivações, por vezes contraditórias, em função das necessidades, que podem ser totalmente distintas em vários momentos ou contextos do seu quotidiano.

Para estes consumidores, cada vez mais desafiadores, existem hoje no Grupo Ibersol conceitos adaptados, capazes de responder a essas motivações.

A capacidade em estar atento, de observar e de captar e assumir novos desafios, tem sido característica da postura desafiante e entusiasta do Grupo.

Chamamos de Serendipidade à nossa capacidade de inovar e criar, porque existe a criatividade e simultaneamente a capacidade de a aproveitar.

Novas plataformas de desenvolvimento do negócio

Como o maior operador multi-conceito, a Ibersol possui também a capacidade de colocar os seus paradigmas à prova, por isso também o ano de 2009 foi marcado por reflexões profundas sobre a forma de pensar o mercado e o consumidor e na abordagem a soluções novas, capazes de abrir novos horizontes e ir mais longe na forma de relacionamento com quem se interage no dia a dia.

Chamamos de Ambição à nossa capacidade de colocar à prova as nossas certezas.

Plataforma Marketing & Consumer Intelligence

A diversidade de conceitos e a dimensão da empresa, determinam a necessidade de dispor de uma forte componente de informação e compreensão. Por isso o Grupo lançou as bases para um novo sistema de informação, baseado em modelos de análise que suportam os diferentes negócios, possibilitam a participação de todos e, conseqüentemente, permitem criar laços mais fortes no relacionamento com os clientes.

Não se trata de analisar vendas, nem produtos, nem marcas. Trata-se de compreender comportamentos na sua total dimensão, entendendo e sentindo o consumidor na sua plenitude.

Chamamos de Conhecimento à nossa capacidade de estudar e compreender. Porque estamos sempre preparados para saber mais.

OS FACTORES ORGANIZACIONAIS DO SUCESSO

– Um sistema de informação integrado de suporte à tomada de decisão descentralizada

Em 2009 iniciámos um processo de *empowerment* no âmbito dos sistemas de informação, materializado na implementação de uma Plataforma *Marketing & Consumer Intelligence*.

Esta plataforma irá ser embebida no actual sistema de informação que é caracterizado por comunicações *on line*, que possibilitam a articulação com parceiros e clientes - *business to business* e *business to consumer* - assegurando o suporte à gestão documental e financeira, à operação e gestão das unidades, disponibilizando indicadores de gestão consolidados.

É assegurada deste modo uma maior eficiência global, sem incorrer em acréscimos de custos administrativos.

No futuro, esta plataforma permitirá uma visibilidade em tempo real das múltiplas variáveis utilizadas para mapear a actividade.

– Uma *pool* de competências ao nível dos Recursos Humanos, alinhada com os valores e objectivos da empresa

O Grupo Ibersol é um grande empregador, uma entidade formadora e integradora para o mercado de trabalho, mas sobretudo, uma escola para a vida.

Construiu competências que integram uma *pool* de excelência.

É nesta *pool* que o Grupo suporta a sua actividade, investindo sobretudo na valorização das suas pessoas desde a integração na empresa até à sua valorização pessoal. Através dela, a Ibersol garante a adaptação da organização e das suas pessoas a novos desafios de mudança, crescimento e competitividade:

Assegurada a estruturação mais eficiente dos processos administrativos de RH, o Grupo vem-se centrando no desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas estruturados de formação, alinhando necessidades das pessoas e Marcas, e na implementação de um sistema de Gestão de carreiras alicerçado nas competências e valores do Grupo, de auscultação da satisfação e motivação dos colaboradores e no desenvolvimento de condições de trabalho sãs e seguras.

- Uma cadeia de abastecimento que garante a qualidade desde o fornecimento, passando pela logística até à venda.

Para o Grupo Ibersol a cadeia de abastecimento é um corpo único, homogéneo, que agiliza todos os dias através de uma política activa de qualidade e certificação numa perspectiva multinacional. Esta cadeia de abastecimento é caracterizada pela sistematização dos processos críticos do negócio, com vista a uma melhoria contínua e à implementação de novos processos que garantam o controlo rigoroso e a rastreabilidade do produto desde a sua origem.

O processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000, exigente padrão internacional, é o garante da exigência do Grupo no que se refere à segurança alimentar.

A centralização da cadeia de abastecimento serve a operação em Portugal e Espanha, possibilitando ganhos em eficiência e produtividade, quer no processo propriamente dito, quer na relação com parceiros ao negócio.

- A especialização em unidades centrais de produção, com a produção segura de refeições pré-preparadas para os restaurantes do Grupo e para o negócio do catering.

Com a determinação e capacidade de aproveitar oportunidades, nos últimos anos o Grupo tem vindo a reinventar a sua actividade, em resposta e antecipação às novas tendências.

Deste processo nasceram novos programas que procuram ir ao encontro das necessidades do consumo *take home* e *take away*, mas também de *shop-in-shop*.

Para tal a actividade no segmento das refeições pré-preparadas é caracterizada pela elevada

qualidade e especialização e pelo suporte técnico às operações desde o desenvolvimento gastronómico e nutricional, passando pela composição de ementas, produção em cozinhas centrais, logística e *mise-en-place*.

- Um marketing de suporte estratégico ao negócio multi-conceito e às Marcas.

Caracterizado por uma abordagem a duas dimensões, em que se aplicam metodologias de marketing estratégico e metodologias de marketing das marcas. Numa dimensão estratégica de suporte ao desenvolvimento e progressão das marcas e numa dimensão marca a marca, negócio a negócio, garantindo a excelência na implementação dos planos definidos para a conquista de claros posicionamentos de liderança por inovação das marcas.

O Marketing na Ibersol desenvolve um esforço contínuo de conhecimento do consumidor, o que lhe permite antecipar cenários de satisfação de necessidades e de cumprimento surpreendente de expectativas. Uma cultura de Marketing e Comunicação ajustada às dinâmicas da procura, capaz de aportar maior valor e encontrando níveis de indispensável sustentabilidade do negócio. Tudo isto com um objectivo de rentabilidade a longo prazo, sustentável e suportada numa atitude e postura diária de responsabilidade social, característica estruturante da organização.

OS FACTORES DETERMINANTES DA VISÃO DA SUSTENTABILIDADE

- A qualidade e segurança alimentar e ambiental:

O Grupo Ibersol prossegue uma estratégia de excelência na qualidade e segurança alimentar e ambiental e está a certificar toda a sua operação, os seus restaurantes e serviços com a norma ISO 22000, o padrão internacional em segurança alimentar atribuída pela APCER. Hoje em dia, as práticas neste domínio vão muito para além dos standards do mercado, pelo que a Ibersol tem vindo a desenvolver activamente programas no âmbito da segurança alimentar e nutrição, v.g. a atenção aos mais elevados padrões no âmbito das práticas de frituras, a monitorização dos níveis de sódio ou a introdução de propostas nutricionais para grupos específicos como as crianças, os mais velhos ou vegetarianos.

Ao nível ambiental, as práticas do Grupo vão também muito para além da reciclagem, estando neste momento em funcionamento políticas concretas no âmbito da gestão energética, da água e

no domínio da gestão dos desperdícios.

- A qualificação e motivação dos recursos humanos e parceiros de negócio:

O sucesso da Ibersol está suportado na motivação, entusiasmo e determinação dos colaboradores.

Assim, o Grupo procura através de políticas activas como o programa Novas oportunidades, qualificar recursos humanos e no âmbito da formação de Quadros lançou a Escola Ibersol, um pólo determinante para a motivação pessoal e de carreiras.

Quem trabalha na Ibersol sabe que existe uma carreira à sua espera que lhe assegura uma valorização no mercado de trabalho.

O sucesso do Grupo assenta também no estabelecimento de parcerias sustentadas com os fornecedores e parceiros de negócio, revelando-se como um importante pólo de desenvolvimento, competitividade e modernidade.

- A plena satisfação das necessidades dos clientes:

A satisfação do cliente é um eixo que o Grupo Ibersol encara com grande entusiasmo e com total seriedade. Assim, é prática diária de responder não apenas à procura, mas sobretudo incrementar a oferta para níveis de elevada satisfação.

Por esta razão, o Grupo está atento aos tempos de instabilidade, em que os consumidores procuram soluções para uma nova realidade decorrente de um ambiente económico incerto. Paralelamente, a sua actuação vai ao encontro da maior consciencialização do consumidor sobre hábitos de vida saudáveis, combate à obesidade e promoção da actividade física.

DADOS GERAIS SOBRE A ACTIVIDADE DO GRUPO EM 2009

Resultado da consolidação de uma estratégia de diversificação, a Ibersol marcou o ano de 2009, com inovação em formatos de venda e novos conceitos como o restaurante Flor d'Oliveira, mas também com os *upgrades* realizados nas unidades em aeroportos, estações de serviço e quiosques. Foi continuada a estratégia de desenvolvimento dos negócios das diferentes marcas – Pizza Hut, Burger King, Pans & Company, Pizza Movil, KFC, Pasta Café, ÓKilo, Quiosques, Sugestões & Opções e Silva Carvalho - e dando continuidade ao seu programa de educação para o consumo, 'Viva Bem'.

Numa época economicamente marcada pela crise e perda de confiança dos consumidores nas instituições, a estratégia assumida pelo Grupo Ibersol - da exploração de uma única marca ao multi-conceito – possibilitou-lhe o ganho de massa crítica, uma posição marcante nos sectores da restauração onde opera e o aumento da sua capacidade de assegurar a plena satisfação dos clientes.

No mercado ibérico, particularmente em Espanha, a internacionalização feita através de marcas próprias e alheias, permitiu ganhar e manter uma quota de mercado importante e perspectivar novas oportunidades no âmbito dos processos de desenvolvimento de negócio em áreas específicas.

3.3. Órgãos Sociais

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;
Vice - Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;
Vogal – Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero;

Comissão Executiva:

Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;
Vice - Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Conselho Fiscal:

Presidente – Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;
Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;
Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;
Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

Pricewaterhousecoopers & Associados – SROC, LDA.;
Representada por Dr. José Pereira Alves (ROC)

Membros da Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado;
Vice-Presidente : Dr.^a Anabela Nogueira de Matos
Secretária: Dr.^a Maria Helena Moreira Araújo

Secretário da Sociedade:

Secretário Efectivo - Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós;
Secretária Suplente – Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo

3.4. Principais acontecimentos em 2009

3.4.1. A Abertura de novos conceitos

Flor d'Oliveira

Com o nome "Flor d'Oliveira" e a assinatura "Alma Mediterrânica", o Grupo Ibersol apresentou um novo conceito de restauração.

Dentro da estratégia de multi-conceito do Grupo, este novo formato oferece sabores da cozinha tradicional de matriz mediterrânica, com um serviço de qualidade e uma oferta nutricionalmente equilibrada, rápida e de inspiração *gourmet*.

A ementa e o cuidado de empratamento estiveram a cargo de uma equipa da Ibersol que incluiu *chefs* e nutricionistas.

A proposta de valor do Flor d'Oliveira é os sabores autênticos servidos no quotidiano. Este novo conceito abriu no Norteshopping no Porto, e cada posto de trabalho foi ocupado por pessoas criteriosamente seleccionadas, orientadas para o cliente, tendo tido formação por forma a garantir o serviço e assegurar os valores deste conceito: tradicional, genuíno, moderno e com carisma - a Cozinha Portuguesa é sobre o sabor e saber receber.

O espaço Flor d'Oliveira foi também pensado segundo princípios de modernidade e actualidade, com uma decoração que oferece ao Cliente uma experiência no imaginário da comida mediterrânica, num espaço luminoso.

Hoje em dia, os consumidores procuram conciliar o melhor do tradicional e do contemporâneo. O Flor d'Oliveira procurou unir o melhor destes dois mundos.

3.4.2. O Programa Viva Bem: uma aposta no Kids Bike Tour

Em parceria com a Sportis - a entidade organizadora do BIKE TOUR, e a Água de Luso, marca comercializada pela Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, o Grupo Ibersol ofereceu a inscrição directa de 400 crianças e 100 professores em 2 eventos da organização *Bike Tour* que se realizaram em Junho e Julho e se denominou de *Kids Bike Tour*. Esta iniciativa foi levada a cabo e ao abrigo do Programa Viva Bem - uma iniciativa do Grupo Ibersol que visa a educação para o consumo e a promoção de estilos de Vida saudáveis.

As unidades do Grupo Ibersol foram a base para uma acção que habilitou 200 000 crianças e 4000 professores, de 400 escolas, à participação no Kids Bike Tour e Bike Tour. O prémio de participação foi a entrega do Kit do evento, composto pela bicicleta, mochila, capacete e *t-shirt*.

Esta iniciativa, denominada "Pedala com toda a força", envolveu os agrupamentos / escolas do 2º ciclo das áreas onde existem unidades das marcas da Ibersol integradas no programa Viva Bem. A Ibersol, com esta iniciativa com carácter educativo, pretendeu estimular opções saudáveis, promovendo uma alimentação variada e equilibrada, hidratação frequente e a prática de actividade física.

A parceria Ibersol, *Bike Tour* e Água de Luso, resultou numa iniciativa ímpar pela mobilização de recursos do Grupo, número de escolas, professores e alunos abrangidos em todo o país, e visou transformar o Programa numa das maiores acções de promoção de estilos de vida saudável em Portugal.

3.4.3. A intensificação da Certificação ISO22000

O Grupo IBERSOL manteve-se na linha da frente da segurança alimentar ao adoptar o processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000.

Neste sentido, o Grupo estendeu esta certificação às suas unidades localizadas no Aeroporto de Lisboa e no Estádio do Dragão.

Tratou-se de um passo único nos segmentos Travel e Catering em Portugal, cumprindo com estas certificações, os objectivos estabelecidos em 2008 de garantir os padrões mais elevados de qualidade e de segurança alimentar em toda a oferta disponibilizada pelo Grupo nos segmentos em que opera, nomeadamente o dos Restaurantes e Counters, Shoppings, Catering e Travel.

No aeroporto de Lisboa, onde o Grupo está presente com um conjunto de conceitos inovadores e com oferta variada, através das unidades Pizza Hut, Pans&Company, Oregano, Go To Café, Cockpit Bar, Meeting Point e Astrolábio, no Terminal 1, e Sky Plaza e Connection Bar no Terminal 2, a certificação ISO 22000 distinguiu os controlos de qualidade e segurança alimentar implementados que chegam a todos os destinos.

No Estádio do Dragão, o grupo viu reconhecida a exigência e rigor de toda a operação de Catering, ao nível da qualidade e segurança alimentar, levando a sua classe e competência aos serviços de Catering do estádio incluindo os serviços em locais como a sala do presidente, *lobby* presidencial, camarotes 3, 4, 5 e 6 estrelas, sala VIP, salas de apoio ao staff e todos os bares das zonas VIP's de apoio ao Catering.

A certificação nos segmentos Travel e Catering constitui um esforço e forte envolvimento por parte da estrutura operacional já que a norma ISO 22 000 abrange para além das cozinhas, todo o processo de gestão e segurança alimentar, desde a origem dos produtos, passando pelo transporte e confecção até ao consumidor. É uma norma extremamente exigente que leva a um

trabalho mais intenso ao longo de todos os processos.

3.4.4. As aberturas

Durante o ano de 2009 o Grupo Ibersol procedeu à abertura de mais 20 novas unidades, distribuídas pelos diferentes segmentos e marcas e de acordo com os planos de desenvolvimento das mesmas.

A esta política de aberturas está associado um criterioso investimento em infraestruturas de qualidade e, como consequência desta política, a criação de emprego e de desenvolvimento nas áreas geográficas abrangidas.

Neste contexto, são de especial importância as aberturas de unidades *stand alone* da marca Burger King, em Cascais e Póvoa de Varzim. Estas aberturas revelam a extrema vitalidade desta marca e a opção clara por um comportamento desafiador face ao segmento de mercado em que se insere.

Como resultado desta realidade o Grupo empregava, em 2009, 4693 colaboradores trabalhadores, em Portugal Continental e Regiões Autónomas e 1427 em Espanha.

3.4.5. O Lançamento da Escola Ibersol, *uma Escola para a Vida*

No âmbito das políticas activas de formação, o Grupo Ibersol deu um forte impulso ao programa Novas oportunidades, já que na sua bolsa regular de emprego possibilita a entrada no mercado de trabalho de muitas pessoas que não terminaram a sua qualificação e que, ao abrigo deste protocolo, o podem fazer a trabalhar.

Mas, 2009 fica marcado pela plena actividade da Escola Ibersol, um programa de qualificação de recursos humanos no âmbito da formação de Quadros.

Trata-se de um pólo determinante para a motivação pessoal e de carreiras e que foi materializado em parcerias estabelecidas com a Escola de Gestão do Porto e com o Instituto Português de Administração e Marketing.

Esta qualificação académica de competências visou objectivamente:

- Desenvolver nos participantes competências susceptíveis de lhes permitirem implementar estratégias e acções de forma a responderem às necessidades de desenvolvimento do Grupo IBERSOL.
- Promover o desenvolvimento de carreira dentro do Grupo.
- Aumentar a qualificação académica dos participantes no programa.

4. Enquadramento económico

4.1. Situação a nível mundial

No ano de 2009, a retracção da actividade económica a nível global, já iniciada em 2008, aprofundou-se a um ritmo sem precedentes na história recente, verificando-se uma estagnação do crescimento do PIB mundial. Assistiu-se a um comportamento muito negativo da generalidade das economias avançadas e uma desaceleração das economias dos mercados emergentes, apesar do gigante China e do conjunto das economias asiáticas terem mantido taxas de crescimento elevadas face à dimensão da crise.

Os dados já disponíveis mostram que 2010 trará a retoma económica e um progressivo regresso à normalidade, com a aceleração da actividade económica e a intensificação das trocas comerciais, estimando-se um ritmo de expansão da economia mundial da ordem de 3,5%.

As economias mais desenvolvidas começarão a recuperar, ainda que de forma lenta, sendo provável que o desemprego continue a aumentar durante o primeiro semestre de 2010, designadamente na Europa. Os fortes desequilíbrios estruturais, ao nível do défice externo e do endividamento público e privado, o ajustamento do mercado imobiliário e os problemas que ainda subsistem nos balanços de algumas instituições de crédito, deverão continuar a condicionar o ritmo de expansão da actividade económica nos Estados Unidos (- 2,5% em 2009 e 1,9% em 2010), Reino Unido (- 4,5% em 2009 e 0,9% em 2010) e Zona Euro (- 4,0% em 2009 e 1,0% em 2010).

As economias emergentes recuperarão mais rapidamente, prevendo-se em 2010 ritmos de crescimento próximos dos verificados em 2008, sendo de realçar a contribuição da China, na Ásia, mas também do Brasil, na América Latina. De uma maneira geral, podemos dizer que os países que integram os diferentes blocos económicos emergentes (Ásia, América Latina e África) brilharão, quando comparados com os países de economia avançada.

4.2. Situação em Portugal

Em 2009, e apesar de se ter comportado melhor do que a média dos países da União Europeia, a realidade económica portuguesa superou, pela negativa, as piores previsões, tendo o PIB contraído 2,7%, como consequência da queda do investimento (- 11,7%), das exportações (- 12,5%) e do consumo privado (- 0,9%), fundamentalmente no que diz respeito a bens duradouros. Para esta contracção da procura muito contribuiu a crescente dificuldade no acesso ao crédito, no

que respeita a critérios de aprovação de novos financiamentos e aumento dos prémios de risco, não obstante a descida das taxas de juro no mercado monetário.

Para 2010 e 2011, respectivamente, estima-se uma ténue recuperação (0,7%) e uma ligeira aceleração (1,4%) da actividade económica. Esta perspectiva de evolução traduz a recuperação da generalidade das componentes da procura privada, num contexto de retoma da procura externa dirigida às empresas portuguesas, já iniciada em meados de 2009. No que diz respeito à procura interna, continuará a ser condicionada pela deterioração das condições no mercado de trabalho, pela persistência de fragilidades de natureza estrutural e pelo provável reinício do processo de consolidação orçamental.

A taxa de inflação em 2009 deverá ter descido 0,9%, devido ao efeito combinado da redução dos preços do petróleo e das matérias-primas não energéticas e da compressão das margens de lucro de comercialização, dado o quadro recessivo da procura interna. Para 2010 e 2011 prevê-se uma subida moderada dos preços, respectivamente, de 0,7% e 1,6%, reflectindo o aumento dos preços do petróleo e dos bens importados, e um ligeiro aumento dos custos unitários do trabalho.

Mas foi ao nível do emprego que mais se fizeram sentir os efeitos da recessão, com uma contracção de 2,8% em 2009. As previsões apontam para uma nova redução de 1,3% em 2010 e um crescimento marginal de apenas 0,4% em 2011.

Apesar das fortes medidas de estímulo orçamental, sem paralelo na última década, destinadas a sustentar a contracção da procura global, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu cerca de 12% em 2009, como consequência directa da redução no investimento empresarial (- 15%) e residencial (- 12%). Estima-se um decréscimo da FBCF de cerca de 3,4% em 2010, e uma ligeiríssima recuperação em 2011 (0,9%).

De referir que, apesar da recuperação em curso, de natureza conjuntural e que acompanha a evolução a nível internacional, a economia portuguesa continua a padecer de debilidades de natureza estrutural há muito diagnosticadas, responsáveis pela interrupção, há cerca de uma década, do processo de convergência real para os níveis de rendimento médio registados na área do euro.

4.3. Situação em Espanha

Em franco arrefecimento desde finais de 2007, e apesar da política governamental fortemente expansionista, a economia espanhola deverá ter contraído 3,6% em 2009.

Os dados disponíveis parecem indicar que já terá sido ultrapassado o ponto mais baixo do ciclo

económico. No entanto, alguns constrangimentos continuam a limitar a capacidade de crescimento da economia, nomeadamente:

- o reajustamento ainda em curso no mercado imobiliário;
- a elevada taxa de desemprego, próxima de 20% em 2009 e que se deve manter em 2010;
- o início do processo de consolidação das contas públicas, aumentando a carga fiscal e reduzindo a despesa corrente;
- o elevado nível de endividamento dos agentes económicos.
- a importante necessidade de saneamento do sistema financeiro, bancos e caixas, que limita a capacidade de financiamento das necessidades da economia empresarial e familiar.

Neste cenário, ainda é expectável uma contracção da economia em 2010 (- 0,7%), devendo voltar a apresentar valores positivos em 2011 (0,9%).

No que diz respeito à taxa de inflação, a mesma deverá manter-se controlada (0,4% em 2009 e 1,6% em 2010)

Nota Final

O cenário actual é de progressiva normalização da crise financeira nos mercados internacionais, estando criadas as condições para a retoma económica a nível global, com um certo atraso no que se refere aos países ibéricos.

No entanto, algumas interrogações se colocam sobre a necessidade de manter e a que nível o grau de intervenção dos estados nas economias, evitando uma retirada demasiado rápida dos estímulos concedidos. O caos vivido nos mercados financeiros nos finais de 2008 e a gravíssima situação daí resultante e que atravessou todo o ano de 2009 ainda estão bem presentes no dia a dia das famílias e das empresas, pelo que se continua a exigir, mais do que nunca, o máximo de prudência na abordagem de toda e qualquer medida com impacto económico.

5. Portugal

5.1 Restaurantes e Delivery

Pizza Hut

A Pizza Hut concluiu o exercício com um volume de vendas de 65,2 milhões de euros, representando um decréscimo de -2,5% sobre o ano anterior.

Continuando a sua política de investimentos na reformulação do parque de unidades, procedeu à remodelação da imagem das unidades do Colombo, Forum Aveiro e Braga Parque.

Proseguiu os investimentos na expansão tendo aberto 4 novas unidades, no Centro Comercial DV Tejo, Continente de Matosinhos, parque temático Kidzania e Centro Comercial Espaço Guimarães, tendo terminado o exercício com 99 unidades em funcionamento.

Durante o ano de 2009, e após os sucessos do lançamento da Cheesy Bites Pizza em 2007 e 2008, reforçou o posicionamento de *Fun and Friendly* com acções de inovação de produto, através da introdução ao longo do ano da pizza “4 for All” - A magia da pizza quadrada - e da campanha “Parmesão Lovers”.

Ainda em 2009, a Pizza Hut efectuou no segmento de entrega ao domicílio o lançamento do conceito Hot Pizza, e na especialidade Rolling Pizza, as extensões “Rolling Pizza Ananás” e “Gold Rolling” durante o 2º semestre.

Em Outubro a Pizza Hut integrou novamente a acção internacional do Grupo Yum- “World Hunger Relief 2009” - para o apoio contra a fome em África.

A Pizza Hut registou no exercício o reconhecimento por 96% da população portuguesa: Fonte – Estudo Mercado Restauração GFK 2009.

Pasta Caffé

Tendo iniciado a sua actividade em 1996 na cidade do Porto, a marca Pasta Caffé conta actualmente com 18 unidades em Portugal e 6 em Espanha, mantendo assim a liderança do mercado de restauração temática Italiana em Portugal.

No exercício de 2009 a Marca Pasta Caffé registou um volume de vendas de 10 milhões de euros. Deste valor, 7,4 milhões de euros foram realizados em Portugal e 2,6 milhões em território Espanhol.

A estratégia de Marketing da Marca, iniciada em 2006, assente essencialmente na qualidade gastronómica e melhoria constante da qualidade de serviço, foi ajustada em 2009 com o reforço

da agressividade comercial. A renovação da imagem e conteúdo das principais promoções bem como a introdução de pratos para duas pessoas, resultaram numa maior adaptação da oferta às necessidades do mercado.

Foi continuado um importante esforço de inovação gastronómica, traduzido na introdução de diversos pratos, sobremesas e sugestões.

Como forma de proporcionar aos clientes a experiência de novas combinações e sabores, mantivemos a realização dos já famosos “Rodízio de Pizza”. Embora abrangendo um pequeno número de restaurantes, estes eventos têm constituído um verdadeiro sucesso.

No capítulo da qualificação dos recursos humanos, 2009 foi um ano de consolidação e aperfeiçoamento de metodologias. Para além do programa de formação “Keep in touch” para colaboradores com funções de atendimento, foi reforçada a formação das equipas de direcção nas áreas de gestão de Recursos Humanos, em especial nas vertentes de Liderança e Recrutamento.

5.2. Counters

Ò Kilo

Restaurante especializado em Carnes no churrasco, procura satisfazer os consumidores que procuram associar o prazer das carnes grelhadas a uma alimentação saudável e com sabor, servido de forma rápida em situação de conveniência

No ano de 2009 a marca ajustou a sua oferta na gama e preço, procurando responder assim à exigência dos clientes e mercado.

A diversidade dos produtos foi suportada por uma constante renovação, de forma a criar uma percepção de variedade, tomando sempre em consideração as preocupações de alguns dos consumidores por uma alimentação variada e segura, baseada em produtos naturais e originais.

A qualidade dos produtos é um factor crítico de sucesso pelo que a identificação e escolha das matérias-primas é de grande importância, exigindo que a selecção dos fornecedores seja realizada segundo rigorosos padrões de qualidade.

Mantivemos um grande enfoque na gestão de recursos humanos, nas vertentes do recrutamento, formação, evolução de carreiras e gestão da performance, no desenvolvimento das competências essenciais para o negócio, tendo introduzido o sistema de Formação de Chefias Desenvolver Gestores

No exercício, a marca registou um volume de vendas de 5,5 milhões de euro, o que face ao ano

anterior e considerando o mesmo universo de unidades, significa um aumento do número de clientes e de vendas. No termo do exercício, após o encerramento da unidade situada no Parque Nascente, operávamos 17 Restaurantes entre Continente e Açores.

KFC

Em 2009 as vendas registaram um crescimento de 5,4% de vendas e atingimos os 8,6 milhões de euro, operando 16 unidades com 204 colaboradores.

Expandimos o menu incorporando alguns dos maiores sucessos internacionais da marca: as Box Meal e os Variety Buckets e procedemos ao lançamento de várias especialidades das quais destacamos o Boxmaster, o Wrapstar e o BBQ Bacon Boxmaster, todos com significativa adesão. Foi criado o formato Snack Attack, com as já reconhecidas Snack Box, uma excelente opção para apresentar aos nossos Clientes uma das melhores relações qualidade/preço do mercado.

2009 foi também o ano do lançamento do primeiro filete de peito de frango grelhado da Marca - a sanduíche Brazer, no restaurante Dolce Vita Tejo, inaugurado em 2009. No restaurante Colombo foram lançados os Krushers, uma linha de bebidas exclusivas – uma das nossas principais apostas para 2010 - que pretendemos alargar à maioria dos restantes restaurantes.

Procurando trazer o melhor da KFC Internacional para Portugal continuamos o processo de mudança para o novo posicionamento da Marca - Taste The Difference, que pretende revolucionar a KFC assegurando uma abordagem mais enérgica da relação com o cliente através do produto, imagem, relação com a comunidade local e com os colaboradores.

É um conceito ainda em implementação e que será aprofundado em 2010.

A KFC aderiu desde o início ao programa Viva Bem da Ibersol, porque os seus produtos são saudáveis e permitem combinações equilibradas. Neste sentido, os clientes podem substituir as tradicionais batatas fritas por um conjunto de novos produtos saudáveis: a salada verde ou o *coleslaw*, os aros de cebola ou a exclusiva maçaroca confeccionada nas lojas.

Realce para a adesão de todas as lojas da KFC ao programa "E2Trade", um programa que visa contribuir para a melhoria dos consumos de energia pela introdução das melhores práticas do sector.

Pans & Company

Em 2009, e dando continuidade à política de expansão e de renovação da marca, a Pans & Company abriu as unidades de DV Tejo, Guimarães Shopping e Espaço Guimarães e remodelou a loja do Parque Nascente. Com o encerramento da unidade do Fórum Madeira, a marca operava 58 lojas Pans e 2 Bocatta, a 31 de Dezembro, com um quadro de 500 colaboradores.

O volume de vendas da Pans & Company e da Bocatta em 2009 foi de 22,8 milhões de euros, 2,6% abaixo do registado em 2008.

Em 2009 continuamos a reforçar o posicionamento de especialistas em sandes, com enfoque na inovação e variedade de produto. Foram lançadas mais de 15 novas receitas que conquistaram a preferência dos clientes, comprovando assim que, numa sandes Pans, há ingredientes que nunca se esquecem.

A nova linha de comunicação da Pans & Company, introduzida em 2009, com a assinatura "o que é bom entre duas fatias" veio reforçar esta aposta de comunicação da qualidade e frescura dos ingredientes utilizados, que são a origem de todo sabor e prazer de uma sandes Pans.

Burger King

O ano de 2009 revelou-se mais um ano de forte crescimento. Terminamos o exercício com 36 unidades, na sequência da inauguração de 6 novas unidades:

- .Shopping Dolce Vita Tejo
- .Birre – Cascais, unidade com drive-thru
- .Espaço Guimarães Shopping.
- .Póvoa de Varzim - unidade com drive-thru
- .Matosinhos (circular norte) - unidade com drive-thru
- .Maia (circular norte) unidade com drive-thru

Em termos de vendas a marca cresceu 20,4% sobre o ano anterior, ultrapassando a fasquia dos 20 Milhões de euros de vendas.

A marca, porque valoriza a relação de confiança que tem com os seus clientes, durante todo o ano manteve as suas cozinhas abertas – programa Cozinha Aberta - a quem as quisesse visitar, para desta forma ter a percepção das boas práticas levadas a cabo diariamente.

Em 2009, o cliente pode continuar a trocar as batatas sem mais acréscimo de preço, por uma salada individual ou aros de cebola.

No âmbito ainda da inovação de produto, aportámos novos sabores através do lançamento de varias especialidades:

- .Texas BBQ Tendecrispy
- .Texican Whopper
- .Angry Whopper
- .Steakhouse Cesar

Produtos que acentuam aquilo em que a marca é especialista o segmento do hamburger gourmet! Com o sabor especial do grelhado e o “tempero” dado por cada cliente com o conceito “Have it your way”.

5.3 Travel

O negócio Travel abrange fundamentalmente as áreas de serviço de auto-estradas e os Aeroportos com um posicionamento de oferta para consumidores em viagem.

As unidades que integram este segmento têm uma gestão assente no conceito multi-marca, que integra, no mesmo espaço, mais do que uma marca, procurando satisfazer as necessidades dos diferentes consumidores nos vários momentos de consumo, através de conceitos específicos.

Áreas de Serviço

As áreas de serviço de auto-estradas constituem já um segmento de actividade relevante para o Grupo Ibersol, que no final do exercício abrangia 33 unidades multimarca, assim repartidas:

Sol – 22 unidades

A5, Lusoponte, A8, Seixal, Carvalhos, Modivas – 11 unidades.

Na sequência dos contratos de concessão estabelecidos com a AENOR, num total de 28 unidades, a Ibersol decidiu apresentar-se ao consumidor com uma marca própria, específica para o negócio das auto-estradas, denominada Sol.

Este segmento de negócio – áreas de serviço Sol e outras - atingiu, em 2009, o volume de vendas de 10,7 milhões de euros e contava com 345 colaboradores.

Durante o ano de 2009, foram abertas 2 novas unidades SOL na Maia e um unidade Burger King em Matosinhos, tendo o investimento, nas duas Áreas de Serviço, ascendido a 2 milhões de euros.

A marca SOL é especialista em restauração nas auto-estradas, urbanas e de longo curso, através de unidades de design moderno e funcionais, com propostas alimentares ajustadas às necessidades dos consumidores e com serviços que vão muito para além dos café-restaurantes convencionais destas áreas. Face aos perfis diversificados de quem visita as unidades Sol, a marca está preparada para oferecer uma boa experiência a todos eles.

As unidades Sol caracterizam-se pela oferta de refeições rápidas e menus variados, com preços acessíveis, preparados ao momento, sempre com um atendimento personalizado e atento. Em várias localizações as unidades Sol integram marcas internacionais de reconhecida notoriedade como Pans & Company ou Burger King, todas elas abrangidas pelo plano de certificação global com a ISO 22000.

As unidades Sol disponibilizam ainda áreas específicas para fumadores, fraldário independente, zona lounge, wi-fi gratuito, tomadas para carregamento de computadores ou telemóveis, serviço de multibanco, venda de jornais, revistas e presentes de última hora, e drive-in, tudo 24 horas por dia.

Neste exercício, a marca Sol evoluiu para uma imagem mais contemporânea, com comunicação mais clara da sua oferta e posicionamento, visível nas unidades de Matosinhos e Maia, tornando-se num local onde vale a pena fazer, um intervalo útil e de prazer.

Aeroportos

Este segmento de negócio tem vindo, igualmente, a constituir uma área de expansão do Grupo e inclui 12 pontos de venda nos Aeroportos de Lisboa e João Paulo II (Ponta Delgada). O volume de vendas atingiu 7,3 milhões de euros. Esta operação fechou o ano com 136 colaboradores. O Grupo tem vindo a investir na remodelação progressiva das unidades que explora, reposicionando os conceitos existentes e criando novos, com o objectivo de satisfazer as necessidades crescentes deste segmento e continuar a ser um *player* de referência nos Aeroportos portugueses.

Durante este exercício renovou as unidades do Terminal 2 do Aeroporto de Lisboa, introduzindo os conceitos Connection Coffee & Food/Bar e Sky Plaza Coffee & Self-service.

O investimento neste segmento de negócio foi de 0,3 milhões de euros.

5.4. Quiosques e Café

Os quiosques de café, com exploração sob a marca Delta, reforçaram ao longo de 2009 o seu posicionamento e reconhecimento como os especialistas de café nos locais onde estão implantados.

Encerramos o ano com 11 unidades a que correspondem 23 pontos de venda, tendo o volume de vendas ultrapassado os 3 milhões de euros.

A quebra de vendas de café originada em 2008 pela proibição generalizada de fumar dentro de áreas fechadas, como são os centros comerciais onde os quiosques do grupo Ibersol estão localizados, conseguiu, em parte, ser invertida em 2009 através da diversificação da gama de venda, com alargamento das opções para os clientes.

Dado não se ter registado a abertura de novas unidades durante o ano, focamo-nos na consolidação do negócio através do reforço das estruturas de formação.

5.5. Catering

O negócio de Catering da Ibersol, é representado principalmente pelas empresas José Silva Carvalho Catering, em Lisboa e Sugestões e Opções, no Porto.

O Grupo Ibersol é a única entidade que na área do Catering têm representação nacional, tanto com cozinhas como em armazéns próprios. O volume de negócios do Catering atingiu 4,6 milhões de euro.

Foram executados 839 eventos, tendo-se contratado exteriormente 10.730 pessoas, o que representou 99080 horas alocadas aos eventos.

No exercício de 2009 foi estabelecida uma parceria de Catering exclusiva, com um monumento de referência na zona de Lisboa – o Paço Real de Belas. De realçar também a renovação do contrato celebrado com o Futebol Clube do Porto, para o fornecimento exclusivo de Catering no estádio do Dragão por mais 3 anos.

Uma vertente pouco visível mas de imensa importância foi o aumento da contribuição para instituições de solidariedade social como a “Coração da Cidade”, ao qual entregamos cerca de 2 toneladas de produtos que não foram consumidos no Dragão.

5.6. Concessões

O Grupo explora actualmente os seguintes espaços concessionados:

Museu de Serralves

Casa da Música

Palácio de Cristal e Biblioteca Almeida Garrett

VOG Tecmaia

Exponor

Estação de Campanhã

Prosseguimos, durante o ano de 2009 à integração da gestão deste negócio, que na sua maioria adopta a insígnia Sugestões e Opções, na filosofia e princípios do Grupo. Esta integração implicou um esforço transversal, onde colaboraram os diversos departamentos da empresa, desde as compras e logística aos recursos humanos e manutenção.

Ao nível das operações o esforço centrou-se, fundamentalmente, na adopção dos princípios e metodologias de gestão já usados pelos outros negócios do grupo, adaptados às características

próprias deste negócio.

Durante o ano, em substituição da anterior unidade localizada no Complexo Tecmaia, inauguramos um novo restaurante – VOG – que oferece uma larga gama de opções para o público que frequenta este espaço. Desde saladas, a sanduíches, massas ou pratos de peixe, carne e vegetarianos. Recorrendo às tradicionais e saudáveis receitas portuguesas, o consumidor encontra um vasto leque de escolha.

Todas as unidades que compõem este negócio têm características muito diferenciadas, não só pelo público que as frequenta como pelas necessidades que visam suprir. Daí que seja importante identificar qual o público utilizador e aquilo que ele procura em cada momento de consumo, ao longo do dia, desde o pequeno-almoço a outras refeições ligeiras, até ao jantar de alta qualidade gastronómica servido no restaurante do Museu de Serralves.

No caso da concessão de Serralves, a Sugestões e Opções irmaneteve o acordo de consultoria firmado com os irmãos Arbelaiz e que tem contribuído, a par do *chef* residente Fernando Santos, para o prestígio das refeições servidas no restaurante daquele Museu.

5.7. Logística

Tendo como objectivo continuar a garantir a colocação dos produtos nos restaurantes no timing mais ajustado face à expansão e dispersão geográfica dos mesmos, o Grupo focou-se na especialização das rotas de entrega.

Desta forma foi garantida uma logística sem alterações de condições de horários e custos para os restaurantes já existentes englobando as novas aberturas nas mesmas condições.

Em Espanha foi continuado o trabalho de parceria com os serviços já existentes em Portugal de forma a que toda a operação resulte estruturada numa base homogénea e de mais fácil leitura pelos responsáveis dos negócios.

No seguimento do objectivo de continuar a prestar um serviço de cada vez mais direccionado para o cliente, foram abertos novos armazéns de recepção e armazenamento para todos os restaurantes localizados nos centros comerciais DV Tejo, Norte Shopping e Espaço Guimarães.

6. Espanha

6.1 Restaurantes e Counters

Pasta Caffé

No exercício de 2009 a marca Pasta Caffé registou um volume de vendas de 2,6 milhões de euros em território Espanhol. A marca, após encerramento de 4 unidades, conta agora com 6 restaurantes com localizações dispersas pelas comunidades autónomas de Galiza, Castilla e Leon, Castilla la Mancha, Madrid, País Basco, abrangendo uma grande parte do território espanhol. Esta dispersão, embora originando dificuldades na gestão operacional, permite testar o conceito em diversos mercados.

O exercício de 2009 caracterizou-se por um esforço de melhoria das operações, nomeadamente na gestão mais eficiente das matérias-primas e no fortalecimento das equipas de gestão dos restaurantes. No âmbito da racionalização da gestão e também por questões ligadas com os contratos de arrendamento, a marca foi forçada a encerrar 4 restaurantes. Esta medida permitirá uma racionalização de custos e preparar a marca para os novos desafios e oportunidades que surjam.

Burger King

O Grupo através da Lurca opera presentemente trinta e quatro unidades da marca Burger King em nove províncias do território Espanhol.

2009 foi o ano de consolidação da Campanha King Ahorro com forte presença em TV e outros meios, ao longo do ano. O Mercado espanhol caracterizou-se pela perda de poder compra dos consumidores, forte envolvente concorrencial e, conseqüentemente grandes ofertas de preços baixos, tendo o mercado de Madrid evidenciado indicadores particularmente negativos ao longo de todo o ano.

Contudo, é de realçar o desenvolvimento da marca em Castilla e León, mercados em que se verificaram importantes crescimentos justificados, em parte, pela abertura do Parquesol en Valladolid, um novo Auto King com excelentes expectativas de vendas.

O volume de negócios da Burger King atingiu os 31,8 milhões de euro, com 565 colaboradores.

A marca tem seguido uma estratégia de grande proximidade ao cliente, tendo em 2009 lançado uma nova forma de recolha de sugestões por parte dos consumidores, através do site 'www.miexperiencia.es'. Esta metodologia permite aferir a correlação dos índices de satisfação do

cliente com a performance do restaurante e possibilita de imediato a implementação de acções de melhoria.

6.2. Delivery

Pizza Móvil

Em termos de mercado espanhol o ano de 2009 caracterizou-se, no essencial, pelo prolongamento da recessão iniciada no final do primeiro trimestre de 2008, com particular realce para o nível do desemprego alcançado e diminuição do consumo das famílias e empresas, ao que, naturalmente, não escapou o sector da restauração.

Nesta conformidade, e tendo como principal canal de vendas o delivery, o qual representou mais de 56% das vendas no exercício transacto, as lojas do sistema Pizza Móvil terminaram o ano com um volume de vendas de aproximadamente 23 milhões de euros - as unidades próprias venderam 15,7 milhões de euros e as franquias 7,2 milhões de euros - . Esta cifra de negócios faz com que a marca seja o terceiro operador espanhol do segmento das “pizzerías”, com uma quota de mercado em torno dos 5%.

A Pizza Móvil contava em 31 de Dezembro de 2009 com 776 colaboradores vinculados à Vidisco, SI (Sociedade detentora da marca).

Encerramos o exercício económico transacto com 71 unidades, das quais 22 a operarem sob o regime de franquias.

No que à modernização da Pizza Móvil respeita, merece um sublinhado a dinamização da marca nas redes sociais (Facebook e Twitter) e o lançamento de uma nova plataforma de vendas através de pedidos via SMS, para além da implantação de uma nova imagem das , o que já ocorreu na última unidade inaugurada (Badajoz) .

7. Gestão Sustentável

O Grupo Ibersol desenvolveu ao longo dos últimos doze anos um conjunto de práticas de boa gestão que muito contribuíram para a construção de um modelo de Gestão Sustentável. A estas práticas foram adicionadas competências integradoras capazes de produzir um modelo concebido de acordo com os princípios internacionalmente aceites nomeadamente um dos paradigmas da sustentabilidade “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Em 2009 foram reforçadas as políticas decorrentes dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, por forma a que os processos e procedimentos, de forma transversal aos níveis hierárquicos, fossem aplicados no âmbito dos recursos humanos, do ambiente e da responsabilidade social.

8. Demonstrações Financeiras

Resultados Operacionais

No exercício de 2009, os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 211,3 milhões de euros o que representa uma redução de 3,2% relativamente a 2008. A margem EBITDA, para o mesmo período, ascendeu a 34,0 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 2,7%, inferior à registada nos proveitos. Os resultados operacionais atingiram 22,3 milhões de euros, com um decréscimo de 5,8% em relação ao ano anterior.

Vendas e Outros Proveitos Operacionais

O **volume de negócios** consolidado totalizou no final do ano 207,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 3,4% relativamente ao ano de 2008, repartido da seguinte forma :

	Milhões de euros	Var 09/08
Vendas Restauração	201.85	-2.9%
Vendas Mercadorias	3.73	-13.1%
Prestação Serviços	1.76	-26.3%
Volume Negócios	207.34	-3.4%

O volume de negócios em Portugal ascendeu a cerca de 152 milhões de euros, representando uma redução de 1% face ao ano anterior. Em Espanha, sofreu uma redução de 8% e atingiu cerca de 54 milhões, correspondente a 26% do total do Grupo.

As vendas de mercadorias e o volume das prestações de serviço evoluíram de forma mais negativa em virtude de um menor contributo das vendas aos franquizados da Pizza Móvil.

As vendas de restauração, que ascenderam a 202 milhões de euros, registaram um decréscimo anual de 2,9% que se decompõe da forma seguinte:

<i>Varição Vendas Universo 2008</i>	-3.1%
<i>Expansão 2009 - 19 Unidades</i>	3.0%
<i>Encerramentos 2009 - 13 Unidades</i>	-1.8%
<i>Eventos de 2008 não realizados em 2009</i>	-1.0%
Total	-2.9%

As vendas de restauração por conceito distribuíram-se da forma seguinte:

VENDAS	milhões euros	Variação 09/08
Pizza Hut	65.24	-2.5%
Pans/Bocatta	21.97	-2.6%
KFC	8.56	5.4%
Burger King	20.12	20.4%
Pasta Caffé (Portugal)	7.42	-6.0%
O`Kilo	5.47	-2.3%
Quiosques	3.06	-3.4%
Cafetarias	7.40	15.1%
PAPÀki (*)	0.06	-87.4%
Flor d`Oliveira (**)	0.03	
Sugestões e Opções e JSCC	5.94	-5.6%
Outros	6.51	-5.2%
Portugal	151.78	0.2%
Pizza Móvil	15.70	-15.5%
Pasta Caffé (Espanha)	2.56	-25.9%
Burger King Espanha	31.80	-1.4%
Espanha	50.07	-7.8%
<i>Eventos extraordinários</i>	0.00	
Total Restauração	201.85	-2.9%

(*) conceito desactivado no final do 1º trimestre

(**) conceito lançado na segunda quinzena de Dezembro

Em Portugal, as vendas sem os eventos extraordinário decresceram 1,9% destacando-se o:

- Impacto acentuado da crise nos conceitos de restaurante com serviço à mesa, nomeadamente Pasta Caffé e Pizza Hut;
- Crescimento sustentado das vendas da Burger King e KFC com crescimentos *like-for-like* de 5% e 4%, respectivamente;
- Recuperação de quota do O`Kilo que no mesmo universo de lojas apresentou um crescimento de 1%;
- Aceleração da perda de vendas da Pans & C^{oa} no segundo semestre;
- Abertura de duas Áreas de Serviço em auto-estrada e aumento de tráfego das abertas em 2008, com impacto nas vendas do conceito de cafetarias;
- Encerramento da insígnia PapÀki e abertura de uma unidade com a nova insígnia “Flor d`Oliveira” .

Em Espanha, atingiu-se um volume de vendas de 50 milhões de euros, representando uma redução de 4 milhões de euros. Os efeitos da crise económica fizeram-se sentir de forma mais acentuada na entrega ao domicílio. A insígnia Pasta Caffé em Espanha encerrou quatro unidades o que por si só contribuiu para um decréscimo de vendas da marca em 14%.

As vendas das unidades Burger King também se ressentiram da perda de poder de compra que afectou o mercado espanhol mas em menor escala. A variação das vendas like-for-like foi de -3% que foi parcialmente anulada pelas vendas de duas novas unidades que registaram um excelente desempenho.

A necessidade de uma constante avaliação do *portfólio* de pontos de venda conduziu ao encerramento de 13 unidades próprias, pelo que no final do ano operávamos 318 unidades próprias em Portugal e 89 em Espanha.

Consequentemente, no termo do exercício, o número total de unidades – próprias e franquizadas – era de 429 com a distribuição seguinte:

Nº Unidades	2008	2009			2009
	31-Dez	Aberturas	Encerramentos	Transferência	31-Dez
PORTUGAL	310	17	9	0	318
Próprias	308	17	8	0	317
Pizza Hut	95	3		1	99
Okilo	18		1		17
Pans	57	3	1		59
Burger King	30	6			36
KFC	16	1	1		16
Pasta Caffé	19	1	2		18
Quiosques	11				11
PapÁki	3		3		0
Flor d'Oliveira	0	1			1
Cafetarias	34	2		-1	35
Sugestões e Opções e JSCC	9				9
Outros	16				16
Franquiadas	2		1		1
ESPANHA	116	3	8	0	111
Próprias	90	2	5	2	89
Pizza Móvil	48		1	2	49
Pasta Caffé	10		4		6
Burger King	32	2			34
Franquiadas	26	1	3	-2	22
Pizza Móvil	26	1	3	-2	22
Total Próprias	398	19	13	2	406
Total Franquiadas	28	1	4	-2	23
TOTAL	426	20	17	0	429

Os outros proveitos operacionais ascenderam a 3,9 milhões de euros, dos quais a componente mais significativa respeita às participações dos fornecedores em campanhas de marketing.

Custos operacionais

Os custos operacionais consolidados atingiram o montante de 189,0 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 2,8% face ao ano anterior, evoluindo a um nível idêntico ao das vendas.

Margem bruta

O CEVC (custo das mercadorias e matérias primas vendidas e consumidas) que em 2008, representava 22,0% do volume de negócios reduziu para 21,0% principalmente devido à descida dos preços internacionais de algumas matérias-primas ao longo do exercício.

Remunerações e encargos com pessoal

Os custos com pessoal mantiveram-se ao mesmo nível de 2008 e ascenderam a 67,2 milhões de euros. A redução da actividade inviabilizou ganhos de produtividade e o aumento do custo-hora, com especial relevância para a actualização do salário mínimo, que fez com que peso desta rubrica tenha passado de 31,4% para 32,4% do volume de negócios.

Em Portugal, o aumento do número de unidades em áreas de serviço a funcionarem com horários alargados e localizadas em estradas com tráfegos ainda pouco estabilizados não permitem alcançar níveis de produtividade comparáveis aos da média do Grupo, pelo menos nos primeiros cinco anos de actividade, influenciando negativamente a evolução dos custos com pessoal.

Em Espanha, a quebra de vendas de cerca de 8% impediu que se mantivesse a tendência de melhoria da produtividade que se vinha a verificar desde 2007.

Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos em FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos) ascenderam a 64,9 milhões de euros, face a 66,8 milhões de euros em 2008, equivalente a uma redução de 2,8%, acompanhando a evolução da actividade.

Consequentemente, o peso desta rubrica cifra-se em 31,3% do volume de negócios. O esforço desenvolvido no controlo de alguns gastos gerais e o aumento do peso da actividade em

conceitos de balcão que operam com menores custos fixos desta natureza, compensaram o agravamento inerente aos custos fixos das unidades em áreas de serviço que se encontram nos primeiros anos de exploração.

Outros Custos Operacionais

Os outros custos operacionais cifraram-se em 1,8 milhões de euros e estão influenciados pelos custos de encerramento de algumas unidades durante o exercício.

O imposto de selo e outras taxas, em 2009, ascenderam a 516 mil euros.

Amortizações e Provisões

As amortizações e perdas por imparidade do exercício, incluindo provisões, totalizaram 11,6 milhões de euros, um aumento de 285 mil euros face a 2008, passando a representar 5,7% do volume de negócios. As perdas por imparidade dos activos tangíveis e intangíveis reconhecidos neste exercício atingiram o montante de 1,2 milhões de euros.

EBITDA

O EBITDA no período ascendeu a 34,0 milhões de euros que compara com 35,0 milhões de euros atingidos no ano anterior. Apesar de uma conjuntura pouco favorável e cada vez mais competitiva, o EBITDA consolidado reduziu 2,7%, menos que a redução do volume de negócios.

As melhorias da margem bruta e a focalização na optimização dos custos determinaram uma ligeira melhoria da margem EBITDA que passou de 16,3%, em 2008, para 16,4% em 2009.

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro do exercício negativo em 1,9 milhões de euros teve uma evolução muito favorável, passando para menos de metade do verificado no ano passado (- 4,2 milhões de euros). Esta melhoria decorre fundamentalmente do diferencial favorável entre a redução das

taxas de referência e o aumento dos *spreads* associados aos financiamentos cujos montantes também foram diminuindo ao longo do exercício

Os juros suportados atingiram 1,8 milhões de euro, o que corresponde a um custo médio da dívida de 2,6%.

RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O **resultado consolidado antes de impostos** atingiu o montante de 20,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 0,9 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 4,7%.

Imposto sobre o rendimento

O imposto efectivo em 2009 foi de 4,29 milhões de euros, quando em 2008 foi de 3,55 milhões de euros, registando um incremento face à evolução dos resultados, pelo facto de se ter esgotado a utilização de prejuízos fiscais em algumas sociedades do Grupo.

Por efeito dos impostos diferidos, o montante de imposto total que releva para apuramento do Resultado Líquido ascende a 5,32 milhões de euros, que corresponde a uma taxa de 26,1%.

Interesses minoritários

Os interesses minoritários respeitam essencialmente à parcela de minoritários na filial Ibersande (Pans&C^a) e ascenderam a 449 mil euros.

O **resultado líquido consolidado do exercício** ascendeu a 15,1 milhões de euros, que compara com o registado em 2008 no montante de 14,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 6,0%.

O **resultado líquido consolidado atribuível ao Grupo** ascendeu a 14,6 milhões de euros, 6,7 % superior ao de 2008, que foi de 13,7 milhões de euros.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Balanço

O **Activo** consolidado atingiu um montante de 222 milhões de euros em 31 de Dezembro de

2009, o que representa um aumento de cerca de 10 milhões de euros em relação ao final de 2008.

Este aumento resultou essencialmente das rubricas de imobilizado e corresponde às seguintes contribuições:

- (i) redução do imobilizado técnico referente às amortizações e imparidade do exercício (cerca de -12 milhões euros);
- (ii) investimento nos planos de expansão e remodelação (cerca 15 milhões euros)
- (iii) encerramento de unidades (cerca de -2 milhões de euros)
- (iv) redução do goodwill associado à aquisição da QRM, com o exercício da opção de compra do restante capital que corrigiu o preço da aquisição inicial (cerca de -2 milhões de euros)
- (v) reforço das disponibilidades financeiras (cerca de +13 milhões de euros)
- (vi) redução das dívidas de terceiros (cerca de -4 milhões de euros).

O **Passivo** consolidado atingiu um montante de 127 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, o que representa uma redução de 3 milhões de euros em relação ao final de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2009, o **Capital Próprio** ascendia a 95 milhões de euros, um aumento de 12 milhões de euros em relação ao final de 2008, tendo-se distribuído, no exercício, a título de dividendos cerca de 1,0 milhão de euros.

CAPEX

Em 2008, o **CAPEX** atingiu o montante de 15 milhões de euros, correspondendo ao investimento em:

- expansão: abertura de 17 unidades em Portugal, 2 em Espanha e assumpção de 3 franquias em Espanha (11,4 milhões de euros);
- modernização e remodelação de 13 pontos de venda (1,6 milhões de euros)
- diversos correntes e em curso, totalizando 2,2 milhões de euros .

Ocorreu ainda desinvestimento, por encerramento, de 13 unidades (8 em Portugal e 5 em Espanha).

O *cash flow* gerado no exercício atingiu o montante de 26,9 milhões de euros, valor suficiente para a cobertura financeira do CAPEX.

Dívida líquida consolidada

No final do exercício, o endividamento líquido remunerado ascendia a 45,1 milhões de euros, que comparativamente com a dívida no final de 2008 (63,9 milhões de euros), corresponde a uma redução de cerca de 19 milhão de euros. O endividamento bancário de curto prazo é constituído pelo financiamento que tivemos de contrair para aquisição da Lurca (Espanha) e por emissões de Programa de Papel Comercial com possibilidades de denúncia em 2010 e 2011.

Consequentemente, o “*gearing*” (dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)) que no final de 2008 era de 43,5% baixou para 32,1%.

O indicador “Dívida líquida sobre o EBITDA” no final de 2008 era de 1,3 vezes (1,9 vezes em 2008) e o rácio de cobertura dos juros pelo EBITDA era de 19 vezes (compara com 9 em 2008).

A estrutura financeira do Grupo continua a apresentar uma forte solidez. Durante o ano de 2010 é previsível que a sociedade desenvolva operações no sentido da consolidação de mais uma parcela da dívida bancária de curto prazo e de cobertura do risco de taxa de juro.

Acções próprias

Durante o exercício a sociedade não efectuou transacções com acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2009, a sociedade mantinha 2.000.000 acções (10% do capital), com valor nominal de 1€ cada, adquiridas por 11.179.643 euros.

Nota sobre a actividade do Membro Não Executivo do C.A.

O Membro Não Executivo do Conselho de Administração da Ibersol, Professor Juan Carlos Vázquez-Dodero, participou em 7 reuniões do Conselho de Administração, ou seja em 50% das reuniões realizadas, tendo-lhe sido disponibilizada com antecedência toda a informação e documentação referentes às matérias constantes na ordem de trabalhos de todas as reuniões,

mesmo daquelas em que não esteve presente.

O Administrador Não Executivo participou em várias reuniões da Comissão Executiva, particularmente naquelas em que os temas versavam a estratégia e o planeamento dos negócios do Grupo.

Frequentemente, solicitou informação detalhada à Comissão Executiva sobre decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento e expansão dos Negócios.

Ao nível funcional manteve uma relação privilegiada com o departamento de Planeamento e Controlo de Gestão. O Professor Vázquez-Dodero reuniu cinco vezes com a Direcção do Departamento para em conjunto avaliarem metodologias e definirem processos de melhoria no controlo dos negócios.

O Controlo de Gestão forneceu-lhe, trimestralmente, informação detalhada que lhe permite o acompanhamento da actividade operacional e a avaliação do desempenho da gestão executiva face aos planos e orçamentos aprovados em Conselho de Administração. Todos os esclarecimentos solicitados foram fornecidos.

O Membro Não Executivo esteve presente em todas as reuniões efectuadas com o Conselho Fiscal e acompanhou todos os temas de *Corporate Governance* surgidos durante o exercício.

9. Perspectivas

À medida que nos Estados Unidos e na Alemanha se vão atenuando os efeitos da recessão, a componente das expectativas mantém-se fiel a uma tendência de melhoria da situação económica, principalmente no que se refere à economia norte-americana.

Contudo, a dissipação de parte dos efeitos dos programas governamentais de apoio à economia, as exigências de consolidação orçamental e as incertezas que continuam a envolver as condições em redor do mercado de trabalho nos diferentes países, acentuam as dúvidas quanto à força da recuperação económica mundial e em particular ao ritmo da retoma europeia.

No que concerne a Portugal e à Espanha, as pressões orçamentais e o nível elevado do desemprego, que ainda deverá continuar a aumentar, fazem-nos perspectivar mais um ano difícil. O consumo deverá manter-se estagnado o que obrigará a manter uma gestão muito rigorosa dos negócios.

Num contexto difícil pretendemos manter uma dinâmica moderada de expansão dos negócios, atenta a oportunidades e prosseguindo o plano estratégico de desenvolvimento das Marcas, nomeadamente da Burger King. Prevemos que durante o ano de 2010 a Ibersol possa realizar

cerca de 15 aberturas, 13 em Portugal e 2 em Espanha.

Ultrapassado o período de consolidação do modelo de gestão do negócio de *catering* pretendemos passar à fase de desenvolvimento e crescimento do negócio pelo que encetamos diligências no sentido de adquirirmos um outro operador de dimensão idêntica.

Com o objectivo de podermos alargar a nossa actividade a outros mercados iniciamos o processo de implantação no mercado de Angola, com apresentação da solicitação para a constituição da Ibersol Angola, s.a.

10. Factos Subsequentes e Declaração de Conformidade

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

Em cumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários declaramos que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA, referentes ao exercício de 2009, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em cumprimento do disposto no artigo 14º nº 7 do Regulamento da CMVM nº 5/2008, informamos que durante o ano de 2009 não foram comunicadas à sociedade transacções de acções da emitente efectuadas por dirigentes e pessoas estreitamente relacionadas com aqueles.

11. Agradecimentos

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo,

Relatório de Gestão

porquanto a dedicação e o entusiasmo que revelaram foi fundamental para a prossecução dos objectivos que identificamos.

Registamos com apreço a colaboração dada ao longo do exercício pelas Entidades Bancárias bem como pelos nossos Fornecedores e demais parceiros.

Agradecemos igualmente a todos os Accionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Ao Conselho Fiscal, Auditores e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto, 10 de Março de 2010

O Conselho de Administração

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Relatório sobre o Governo da Sociedade

O presente anexo contém uma descrição das práticas da IBERSOL SGPS, SA sobre o Governo da Sociedade (“Corporate Governance”) e foi elaborado para cumprimento do disposto no Código do Governo das Sociedades Cotadas da CMVM, nomeadamente através da aplicação do Regulamento da CMVM nº 1/2010, muito embora com a estrutura aprovada pelo Regulamento da CMVM 1/2007 sobre o Governo das Sociedades Cotadas, de acordo com a possibilidade conferida pela Circular da CMVM de 18 de Fevereiro de 2010.

Capítulo 0.

Declaração de Cumprimento

0.1 Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

A Sociedade segue o Código do Governo das Sociedades Cotadas da CMVM, designadamente através da aplicação do Regulamento da CMVM nº 1/2007. Este Regulamento e as Recomendações sobre Governo das Sociedades encontram-se disponíveis para consulta no sítio da CMVM na Internet, no endereço www.cmvm.pt.

0.2 Indicação discriminada das recomendações contidas no Código do Governo das Sociedades, adoptadas e não adoptadas.

Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

RECOMENDAÇÕES (Cód. Gov. Soc.)	CUMPRIMENTO	
I. Assembleia Geral		
I.1 Mesa da Assembleia Geral		
I.1.1 O Presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade	Cumprida	Ver Cap.I. ponto I.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Cumprida	Ver Cap. I ponto 1.3

I.2 Participação na Assembleia		
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral, imposta pelos estatutos, não deve ser superior a 5 dias úteis.	Cumprida	Ver Capítulo I Ponto I.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.	Cumprida	Ver Capítulo I Ponto I.5
I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	Cumprida	Ver Capítulo I Ponto I.8
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Cumprida	Ver Capítulo I Ponto I.10
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	Cumprida	Ver Capítulo I Ponto I.6
I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Não Cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03. I.4.1
I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS		
I.5.1 As actas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos Accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	Cumprida	Ver Capítulo I Ponto I.9
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	Cumprida	Ver Capítulo I Ponto I.13
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que,	Não aplicável	

pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.		
I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Cumprida	Ver Capítulo I, Ponto I.13.
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. TEMAS GERAIS		
II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.3
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.4
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.6
II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II. 1 e II.9
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não Cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03. II.1.2.2
II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.12

competências adequadas ao exercício das respectivas funções.		
II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Não Cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03. II.1.4.1
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.	Não Cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03. II.1.4.2
II.1.5 REMUNERAÇÃO		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.	Não cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03, II.1.5.1
II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.	Cumprida	Ver Anexos I e II
II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais anuais de accionistas.	Não Cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03.II.1.5.3

<p>II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.</p>	<p align="center">Não aplicável</p>	<p>Ver Capítulo II. Ponto II 20</p>
<p>II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.</p>	<p align="center">Não cumprida</p>	<p>Ver Capítulo 0 Ponto 03.II.1.5.5</p>
<p>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>		
<p>II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	<p align="center">Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.3</p>
<p>II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	<p align="center">Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.3</p>
<p>II.2.3 Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.</p>	<p align="center">Cumprida</p>	<p>Ver Capítulo II Ponto II.3 e II.9</p>

II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II. 6
II.2.5 O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.	Não Cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03. II.2.5
II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.3
II.3.2 O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não Cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03.II.3.2
II.3.3 O Presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não aplicável	
II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem -se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do Grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.12

II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.12
II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.12
II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.12
II.5. Comissões Especializadas		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não cumprida	Ver Capítulo 0 Ponto 03.II.5.1
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.19
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Cumprida	Ver Capítulo II Ponto II.3
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III.12
III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em		

inglês:		
a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III. 12
b) Estatutos;	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III. 12
c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III. 12
d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III.12
e) Documentos de prestação de contas;	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III.12
f) Calendário semestral de eventos societários;	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III. 12
g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III. 12
h) Convocações para a realização de Assembleia Geral.	Cumprida	Ver Capítulo III Ponto III. 12

0.3. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas e as razões dessa divergência.

I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.

Os estatutos da sociedade prevêm no seu artigo 23º que a Assembleia Geral poderá reunir e deliberar em primeira reunião desde que se encontrem presentes ou representados accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social. Uma vez que o art.º 383º nº1 do CSC permite que o contrato fixe um quórum constitutivo, a sociedade usa legitimamente dessa faculdade. Sendo, no entanto, a referida disposição legal menos restritiva que os estatutos, esta recomendação não se encontra cumprida.

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero, que é membro não executivo. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do CSC. No entanto, não cumpre os requisitos de independência do artº 414 nº 5 do CSC, no sentido de que, sendo embora membro não executivo dos Conselhos de Administração de sociedades coligadas e por esta via cumprindo com a Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005 sobre esta matéria, não cumpre no entendimento (de sentido mais restritivo) que lhe é dado pela CMVM. Quanto à verificação dos requisitos de incompatibilidade, o mesmo Administrador não executivo cumpre tais regras, com excepção da alínea c) do nº 1 do artº 414º-A do CSC.

Concluindo, e embora a estrutura de administração da Sociedade não seja governada por comissão de auditoria integrante do seu Conselho de Administração (daí não se impor a esta a exigência legal contida no artº 423º-B do CSC, designadamente nos seus números 4 e 5), resultará não cumprido, segundo o entendimento da CMVM, o requisito do ponto II.1.2.2 do Código de Governo das Sociedades.

II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.

A Sociedade não dispõe de uma política formal instituída para recebimento de comunicações, reclamações ou queixas sobre irregularidades detectadas na empresa, embora o Regulamento do seu Conselho Fiscal faculte uma via de comunicação, a este órgão, de tais ocorrências.

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.

Esta política não se encontra formalizada, nem sistematizada em canais de comunicação formais, conforme se refere supra.

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto:

i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de

imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.

Esta Recomendação não é cumprida. A remuneração dos membros dos órgãos sociais é fixada por uma Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral. Os Administradores Executivos não auferem qualquer remuneração da sociedade ou das sociedades do Grupo. A sociedade accionista ATPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. prestou serviços de gestão ao Grupo, no ano de 2009, no montante de 737.594,00€. O Administrador Não Executivo auferiu uma verba anual fixa.

II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais anuais de accionistas.

A sociedade irá dar cumprimento a esta Recomendação na Assembleia Geral anual de 2010.

II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.

Não cumprida quanto aos membros executivos do Conselho de Administração da sociedade. A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 737.594,00€ no ano de 2009. Entre as obrigações da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é detida, em partes iguais, pelos Administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância de 737.594,00€, no ano de 2009, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 368.797,00€.

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual de 6.000€.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal, no cômputo global do ano de 2009, foram as seguintes : Presidente – 8.786€ Vice-Presidente – 8.786€ Vogal – 8.786€ e da SROC – 34.800€.

II.2.5 O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.

Esta Recomendação não foi cumprida, por ter sido entendimento da sociedade de que esta obrigação só seria exigível para futuro, ou seja, ao fim de dois mandatos a contar da data de início da vigência da Recomendação contida no ponto II.2.5 do Código do Governo das Sociedades (este com efeitos a partir de Setembro de 2007).

II.3.2 O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Esta Recomendação não foi cumprida. O Conselho de Administração tem uma Comissão Executiva composta por dois membros que reúne semanalmente e aprecia as diversas matérias relacionadas com a gestão da sociedade, havendo reuniões regulares com o membro não executivo, circulando informação detalhada sobre os aspectos relevantes da Sociedade entre os membros executivos e o membro não executivo do Conselho, sendo igualmente fornecida toda a informação relevante à Presidente do Conselho Fiscal, com permanente regularidade.

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

A Sociedade não constituiu comissões especializadas a não ser a Comissão de Vencimentos.

0.4. O órgão social ou a comissão em causa deve ajuizar em cada momento da independência de cada um dos seus membros e fundamentar aos accionistas, através de declaração incluída no relatório sobre o governo da sociedade, a sua apreciação, seja no momento da designação, seja quando se verifique circunstância superveniente que determine a perda da independência.

Não se verificou ao longo do ano de 2009 qualquer circunstância que tenha determinado a perda de independência relativamente aos membros do Conselho Fiscal, bem como aos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Capítulo I

Assembleia Geral

I.1. Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado;

Vice-Presidente : Dr.^a Anabela Nogueira de Matos

Secretária: Dr.^a Maria Helena Moreira Araújo

A Empresa faculta à Presidente da Mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos adequados às suas necessidades através dos serviços de apoio do Secretário da

Sociedade e do Gabinete Jurídico, que engloba três Advogados, considerando-se este apoio adequado à dimensão e situação económica da Sociedade.

O Gabinete de Relações com Investidores/ Representante para o Mercado, presta também apoio por ocasião da realização das Assembleias Gerais, respondendo aos pedidos de esclarecimento dos accionistas e organizando a credenciação da participação nas Assembleias Gerais, em interligação com o Secretário da Sociedade e com a Mesa da Assembleia Geral.

I.2. Data de início e termo dos respectivos mandatos: 2009 - 2012

I.3. Remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral.

Durante o ano de 2009, a remuneração auferida pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi de 1.333€.

I.4. Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral.

Os estatutos da sociedade exigem, no seu artº 20º nº 1, que os accionistas comprovem à sociedade a titularidade e depósito das acções até cinco dias úteis antes da data de realização da assembleia geral anual.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.

Nos termos do artº 20º nº 3 dos estatutos, em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a Sociedade não obriga ao bloqueio das acções ou dos títulos de subscrição durante todo o período até que a sessão seja retomada, bastando-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.

I.6. Número de acções a que corresponde um voto.

Corresponde um voto a cada acção da sociedade, nos termos do artigo 21º nº 1 dos Estatutos.

I.7. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De acordo com o artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação é indispensável a presença ou representação de accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social.

I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência consignadas no artº 22º nºs 3 a 11, não existindo qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência. A sociedade disponibiliza o boletim de voto por correspondência e informa dos procedimentos necessários para exercer esse direito, conforme Anexo III.

I.9. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

A sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo está disponível no sítio da sociedade, na Internet, www.ibersol.pt.

Estão também disponíveis aos accionistas, no sítio da Internet da Sociedade, as actas das reuniões da Assembleia Geral, assim como uma estatística simples referente ao número de presenças, ordens de trabalhos e deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas nos últimos 5 anos.

I.10. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.

Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos do artº 22º nº 4 dos Estatutos.

I.11. Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não é ainda exequível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Anota-se que até esta data a sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

I.12. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração.

A política de remunerações dos órgãos sociais é da responsabilidade da Comissão de Vencimentos, que a irá submeter, no ano de 2010, à aprovação na Assembleia Geral de Accionistas.

Da ordem de trabalhos da Assembleia Geral anual tem vindo a constar um ponto destinado à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade, em cumprimento do disposto no artº 376º nº 1 al.c) do CSC.

I.13. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem no seio da Sociedade medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.14. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Existem no seio da Sociedade Contratos de Franquia relativos à concessão de exploração, sob Licença, de Marcas Internacionais de Restauração, em que a Ibersol, SGPS, SA. figura como parte acessória garante do respectivo cumprimento, sendo sociedades suas participadas as partes principais nos mesmos contratos. Neles são estabelecidas algumas limitações à

mudança de controlo nas participadas da Ibersol, SGPS, SA., bem como nas sociedades com posição de domínio na Ibersol, SGPS, SA. Tais limitações, sujeitas a necessárias condições de razoabilidade e equilíbrio contratual, consistem essencialmente no dever de comunicação prévia e/ou de aprovação, por parte desses Franqueadores, bem como à prevenção de concorrência no ramo de exploração das referidas marcas de restauração.

I.15. Acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Capítulo II

Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade:

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vice - Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira ;

Vogal – Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero;

Comissão Executiva:

Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vice – Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Conselho Fiscal:

Presidente – Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;

Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

Pricewaterhousecoopers & Associados – SROC, LDA.;

Representada por Dr. José Pereira Alves (Roc);

Secretário da Sociedade:

Secretário Efectivo - Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós;

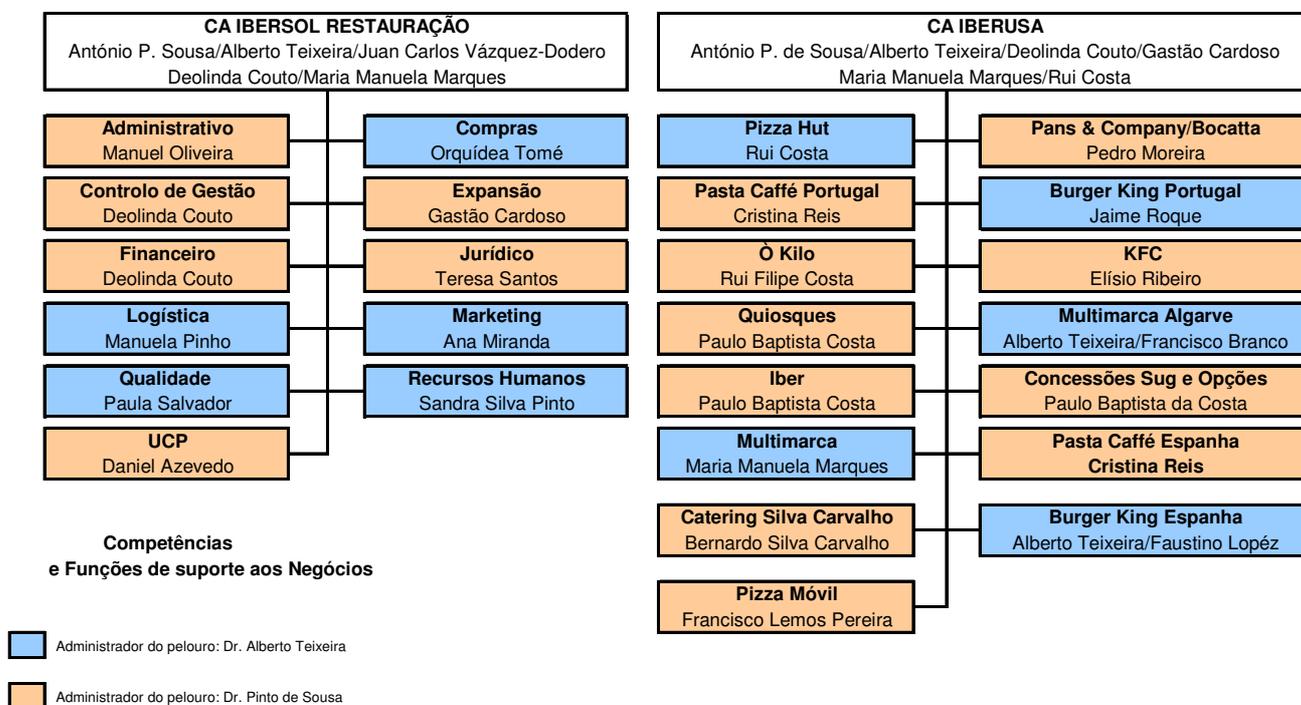
Secretária Suplente – Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo;

II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Não existentes.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis.

Organograma da Sociedade



Órgão de Administração

A Ibersol, SGPS, SA. tem um Conselho de Administração composto por três membros, um Presidente, um Vice- Presidente e um Vogal.

Dois dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do artº 8º nº 4 dos Estatutos da Sociedade, e um outro Administrador exerce funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios acima mencionados, reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões referidas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são designadamente os seguintes:

- a) plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do artº 407º nº 4 do CSC;
- b) desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- c) Competir-lhe-á assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

Avaliação do Órgão de Administração sobre o modelo de governo adoptado

O Conselho de Administração declara que o modelo de Governo da Sociedade adoptado se tem revelado adequado ao bom funcionamento interno e externo da Sociedade. O Conselho de Administração tem uma Comissão Executiva composta por dois membros que reúne semanalmente e aprecia as diversas matérias relacionadas com a gestão da sociedade, havendo reuniões regulares com o membro não executivo, circulando informação detalhada sobre os aspectos relevantes da Sociedade entre os membros executivos e o membro não executivo do Conselho.

O Relatório Anual de Gestão descreve a actividade desenvolvida pelo Administrador não-executivo.

O Conselho de Administração não tem comissões de apoio especializadas.

Não tem havido da parte de nenhum órgão social qualquer tipo de constrangimento ou reparo ao funcionamento do modelo do Governo da Sociedade dado o rigor e a frequência com que as informações são prestadas.

São elaboradas actas da Comissão Executiva e da Comissão de Vencimentos.

II.4. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira

A gestão de risco que é uma das componentes da cultura da sociedade e está presente em todos os processos e é responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do *portfólio* dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

Por forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais, destacando-se:

Qualidade e Segurança Alimentar

No negócio da Restauração o risco associado à Higiene e Segurança Alimentar assume primordial importância.

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principais vertentes uma actuação responsável e pro-activa, segundo os princípios da prevenção, formação, seguimento de indicadores e a procura da melhoria contínua por forma a minimizar os riscos alimentares com impactos na saúde dos consumidores.

As principais dimensões de gestão desta área de risco são:

- Qualificação e Selecção dos Fornecedores e Produtos na área da qualidade/segurança alimentar e o Programa de Controlos Periódicos aos Fornecedores/Produtos e Serviços;
- garantia da eficácia do Sistema de Rastreabilidade implementado;
- controlo do Processo Produtivo nas unidades através de Sistemas de HACCP;
- Sistema de Desenvolvimento de Competências em Segurança Alimentar;
- Manutenção e Monitorização dos dispositivos de medição;
- Sistema de Gestão de Crises Alimentares, que permite a monitorização a todo o momento dos sistemas de alerta alimentar existentes e a actuação imediata quando necessário;
- Sistema de Melhoria Contínua, suportado, entre outros instrumentos, por Programa de Auditorias Externas, em todas as unidades do Grupo; Programa de análises microbiológicas dos produtos finais realizado, por amostragem por entidade externa acreditada, Sistema de Tratamento de Reclamações, Programa de Cliente Mistério e Programa de Auditorias Internas no âmbito dos indicadores relacionados com a Segurança Alimentar.
- Programa Viva Bem, através do qual o Grupo informa os consumidores sobre o seu sistema de Segurança Alimentar, bem como a oportunidade de terem hábitos alimentares saudáveis, garantindo-lhes de uma forma transparente, a informação necessária para fazerem as escolhas mais correctas.
- processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000, exigente padrão internacional em segurança alimentar.

Segurança e Higiene no Trabalho

A coordenação do processo de gestão desta área de risco está a cargo da Direcção de Recursos Humanos que coordena os Planos de Formação e monitoriza a aplicação das normas e procedimentos definidos no Manual de SHT em vigor na Ibersol.

Financeiros

A gestão de risco na área financeira é conduzida pela Direcção Financeira, centrando-se no seguimento da volatilidade dos mercados financeiros, especialmente taxa de juro. As principais fontes de exposição a risco são:

a) Risco de taxa de Juro

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

Nos últimos anos o Grupo só numa pequena parte dos seus financiamentos tem considerado a hipótese de cobertura de risco à variação da taxa de juro. Tem uma operação de Swap sobre 4,8 milhões de euros em Espanha. Consequentemente, a restante dívida remunerada vence juros a taxa variável. Dando seguimento à política do grupo, em 2010 prevemos diminuir o peso da taxa variável, caso se apresentem atractivas as condições de mercado para fixar a taxa de juro de uma parte da dívida.

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é feito com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito/crédito, logo o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso e tem como prática o acompanhamento da evolução do nível de saldos a receber.

c) Risco de liquidez

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento. A política de diálogo aberto com todos os parceiros financeiros tem permitido manter uma relação com elevado grau de confiança. Tendo sido, em geral, o ano difícil no plano financeiro, a sociedade demonstrou significativa capacidade para assegurar recursos financeiros não tendo contratado parte significativa de fundos colocados à sua disposição e o Grupo terminou o exercício com cerca de 20 milhões de euros em disponibilidades.

d) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de

alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%. Em 2009, registamos um rácio de 32%.

Ambientais

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principal vertente a implementação da política decorrente dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, para que os processos e procedimentos, de forma transversal aos níveis hierárquicos, sejam aplicados no âmbito do ambiente.

Os procedimentos vertidos para o Manual de Standards Ibersol no que respeita a esta área focam principalmente a utilização racional de electricidade e a reciclagem de óleos usados.

Contingência

A imprevisibilidade de evolução dos mercados financeiros poderá acarretar aumento dos custos de financiamento, sendo nossa convicção de que a sociedade ultrapassará essas dificuldades.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

II.5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

Os poderes do órgão de administração são os atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais e aqueles que constam dos artigos 4º nº 2, 8º, 11º e 12º, dos Estatutos da Sociedade.

No que respeita a deliberações de aumento de capital, o contrato da sociedade no seu artº 4º nº 2 autoriza o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital até ao limite de cem milhões de euros.

II.6. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

A Sociedade dispõe de Regulamentos de funcionamento do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, publicados no sítio da Internet da Sociedade.

Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos Administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que os Administradores da sociedade – com excepção do Administrador não executivo - exercem apenas funções executivas nas sociedades que integram o Grupo.

O membro não executivo participou em sete das reuniões de Conselho de Administração tendo-lhe sido prestada atempadamente toda a informação relativa aos pontos da ordem de trabalhos de todas elas. Periodicamente, participa nas reuniões da Comissão Executiva particularmente naquelas dedicadas à discussão da estratégia e planeamento dos negócios. Presta especial apoio à função de Planeamento e Controlo de Gestão e ao desenvolvimento dos Quadros que integram este Departamento. Sistemáticamente recebe do Controlo de Gestão a informação que lhe permite o acompanhamento da actividade corrente.

II.7. Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

As regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização são as previstas no Código das Sociedades Comerciais, não havendo disposições estatutárias específicas sobre esta matéria na Sociedade.

II.8. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa.

Ainda de acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne, normalmente, uma vez por trimestre e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos seus membros o convoquem, devendo as deliberações tomadas constar das respectivas actas. O Conselho de Administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos. Ao longo do exercício de 2009, o Conselho de Administração reuniu-se por catorze vezes e o Conselho Fiscal reuniu por cinco vezes. Por sua vez, o Comissão Executiva reúne-se normalmente uma vez por semana e durante o ano de 2009 reuniu por quarenta vezes.

II.9. Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero, que é membro não executivo, não estando associado a grupos de interesses específicos, quer da Sociedade, quer dos seus accionistas de referência, não tendo interesses relevantes susceptíveis de colidir ou interferir com o livre exercício do seu mandato social, mais se referindo que não foi constituída qualquer comissão

de controlo interno. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do CSC, cumprindo os demais requisitos de independência do artº 414 nº 5 do CSC. Quanto à verificação dos requisitos de incompatibilidade, o mesmo Administrador não executivo cumpre tais regras, com excepção da alínea c) do nº 1 do artº 414º-A do CSC.

Concluindo, e embora a estrutura de administração da Sociedade não seja governada por comissão de auditoria integrante do seu Conselho de Administração (daí não se impor a esta a exigência legal contida no artº 423º-B do CSC, designadamente nos seus números 4 e 5), resultará não cumprido, segundo o entendimento da CMVM, o requisito do ponto II.1.2.2 do Código de Governo das Sociedades.

Quanto aos mecanismos de coordenação dos trabalhos do membro não executivo do Conselho de Administração com o Presidente do Conselho de Administração com funções executivas, estes são meios de informação permanente e directa, não havendo quaisquer constrangimentos que impeçam decisões independentes e informadas.

II.10. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

e

II.11. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Todos os membros do Conselho de Administração exercem funções em órgãos de administração de outras sociedades, conforme se especifica:

Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Formação académica

- Licenciado em Direito - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- CEOG – Curso de Gestão – Universidade Católica do Porto

Actividade profissional

- Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1991 / 2012;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA
ANATIR – SGPS, SA
CHARLOTTE DEVELOPS, SL
FIRMOVEN - Restauração, SA
IBERAKI - Restauração, SA
IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA
IBERKING - Restauração, SA
IBERSANDE - Restauração, SA
IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA
IBERSOL - Restauração, SA
IBERSOL MADEIRA e AÇORES, RESTAURAÇÃO, SA
IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA
IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE
INVERPENINSULAR, SL
MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA
VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas
VIDISCO, SL
LURCA, SA
IBR – Imobiliária, SA
QRM – Projectos Turísticos, SA
RESTOH – Restauração e Catering, SA.
JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA
SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

GERENTE

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) - Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo

Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

POLIATLÂNTICA, SA.

PLASTEUROPA- Embalagens, SA.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

1400 (mil e quatrocentas) acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA

5.676 (cinco mil, seiscentas e setenta e seis) acções representativas do capital da ATPS, SGPS, SA (50% do capital social)

A ATPS, SGPS, SA em 31/12/2009, é detentora de 425.182 (quatrocentas e vinte e cinco mil, cento e oitenta e duas) acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA, e de 2.455.000 (dois milhões e quatrocentas e cinquenta e cinco mil) acções representativas do capital da I.E.S. – Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA, representado por 2.455.000 acções.

A IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA, em 31/12/2009, é detentora de 9.998.000 (nove milhões, novecentas e noventa e oito mil) acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

Formação académica

- Licenciado em Economia – Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Actividade profissional

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1997 / 2012;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBERKING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, Restauração, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

INVERPENINSULAR, SL

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

LURCA, SA

IBR – Imobiliária, SA

QRM – Projectos Turísticos, SA

RESTOH – Restauração e Catering, SA.

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

GERENTE

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) – Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo

Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

MATEIXA Soc. Imobiliária, SA

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

1400 (mil e quatrocentas) acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA

5.676 (cinco mil, seiscentas e setenta e seis) acções representativas do capital da ATPS, SGPS, SA (50% do capital social)

A ATPS, SGPS, SA em 31/12/2009, é detentora de 425.182 (quatrocentas e vinte e cinco mil, cento e oitenta e duas) acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA, e de 2.455.000 (dois milhões e quatrocentas e cinquenta e cinco mil) acções representativas do capital da I.E.S. – Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA, representado por 2.455.000 acções.

A IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA, em 31/12/2009, é detentora de 9.998.000 (nove milhões, novecentas e noventa e oito mil) acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Formação académica

- Licenciado em Direito – Universidad Complutense de Madrid
- Licenciado em Ciências Empresariales – I.C.A.D.E. Madrid
- Mestre em Economía y Dirección de Empresas – I.E.S.E. Universidade de Navarra
- Doutoramento em Negócios y Dirección - I.E.S.E. Universidade de Navarra
- Programas “Managing Corporate Control and Planning” e “Strategic Cost Management” – Harvard University

Actividade profissional

- Professor Ordinário do IESE
- Assessor e consultor em várias empresas Europeias e Americanas

- Vogal do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 1999 / 2012

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.
IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA
IBERSANDE - Restauração, SA
IBERSOL - Restauração, SA
QRM – Projectos Turísticos, SA.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA
EMAGISTER, SL. (Portal de Internet)

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

II.12. Identificação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Conselho Fiscal:

Presidente – Dr.ª Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira;
Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;
Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;
Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem os requisitos de independência estabelecidos no artº 414 nº 5 do CSC e de inexistência das incompatibilidades previstas no artº 414-A, nº 1 do CSC.

Todos os membros possuem qualificações e experiências profissionais adequadas ao exercício das respectivas funções, nomeadamente a Presidente Dr^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira, conforme descrito nos pontos seguintes (II.13 e II.14).

Compete ao Conselho Fiscal, em articulação com o Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da sociedade, nomeadamente:

- verificar adequação das políticas contabilísticas
- fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno
- fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira
- fiscalizar a revisão de contas

Compete – lhe ainda propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal é objecto de divulgação em conjunto com os documentos de prestação de contas, no sítio da Internet da sociedade.

Para todos os efeitos, o Conselho Fiscal representa a sociedade junto do Auditor Externo zelando para que sejam asseguradas todas as condições à prestação dos serviços, sendo o seu interlocutor e destinatário dos respectivos relatórios, em simultâneo com o Conselho de Administração.

Neste documento refere o Conselho Fiscal ter realizado reuniões trimestrais, nestas contando com a presença do revisor de contas e do auditor externo, os quais deram conhecimento e obtiveram a concordância do Conselho Fiscal relativamente ao plano da sua actividade fiscalizadora, não sendo referida a ocorrência de qualquer constrangimento.

II.13. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da Sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

e

II.14. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Presidente – Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira:

Formação académica

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Pós- Graduação em Estudos Europeus pela Fac. Direito da Universidade de Coimbra;
- Curso de Finanças para não Financeiros pela EGP;

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- Directora de Assessoria Legal da “ Sonae – SGPS, SA.”;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2012.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vice-Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1970);

Actividade profissional dos últimos cinco anos:

- Docência Universitária;

- Consultoria Fiscal;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2008 / 2012.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vogal Efectivo – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1966);

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- “ Sonae Indústria – PCDM, SA.” na qualidade de Director;

- Pensionista desde 25/10/2005 ;

- Administrador da “ Laminar – Indústria de Madeiras e Derivados, SA.” desde 29/11/2002;

- Sócio (não gerente) a 50% da Sociedade por Quotas “ Borda Cardoso – Assessoria de Negócios, Lda. “ desde 2/12/2005;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2012.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vogal Suplente – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Formação académica

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da UN de Coimbra (1978);

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- Exercício da Advocacia em regime liberal na Comarca do Porto;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2012.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

II.15. Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, discriminando-se, os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

- Não aplicável

II.16. Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

- Não aplicável

II.17. Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Não aplicável

II.18. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da Sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos.

A política de remuneração dos Administradores é da competência da Comissão de Vencimentos, que a irá submeter à aprovação dos Accionistas da Sociedade na Assembleia Geral Anual de 2010, conforme Anexo I.

Os princípios gerais da política de remunerações dos Órgãos de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

a) Funções desempenhadas.

Relativamente às funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais mencionados, no sentido de tomar em consideração a natureza e a actividade efectivamente exercida, bem como as responsabilidades que lhes estão cometidas. Não estarão, no sentido orgânico-funcional, na mesma posição e por igual todos os membros do conselho fiscal ou da mesa da assembleia geral, bem como a sociedade revisora. A ponderação destas funções deve observar critérios diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo dispendido, ou o valor que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

b) A situação económica da sociedade.

Também este critério será fonte de interpretação. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade funcional, em termos relativos, será um dos aspectos em relevo.

II.19. Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Dr. Vítor Pratas Sevilhano;

Dr. Amândio Mendonça da Fonseca;

Don Alfonso Munk Pacin;

Nenhum membro desta Comissão é membro do órgão de administração da Sociedade, assim como nenhum dos seus conjugues, parentes e afins em linha recta até ao 3º grau, inclusive.

II.20. Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração. Esta indicação deve incluir o seguinte:

a) Explicação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca do eventual diferimento do pagamento da componente variável;

- Não existem .

b) Distinção da importância devida aos administradores executivos em relação à devida aos não executivos;

- Não existe .

c) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia qualquer direito a acções, a opções sobre acções ou a componentes variáveis da remuneração;

- Não existem .

d) Informação suficiente sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho;

- Não existe .

e) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

- Não existem .

f) Atribuição de acções e ou direitos de adquirir opções sobre acções e ou a qualquer outro sistema de incentivos com acções;

- Não existem .

g) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

- Não existem.

h) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex -administradores executivos relativas à cessação de funções durante o exercício.

i) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo. Conforme se indicou no Capítulo 0, ponto 03.II.1.5.1, a sociedade Accionista ATPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 737.594,00 euros no ano de 2009.

j) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores;

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

l) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não há benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração, atribuídos a nenhum dos administradores.

II.21. Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa.

Não se encontram estabelecidas ou fixadas quaisquer indemnizações para o caso de os actuais administradores cessarem as suas funções no decurso dos seus mandatos.

II.22. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade.

A Sociedade não dispõe de uma política formal instituída para recebimento de comunicações, reclamações ou queixas sobre irregularidades detectadas na empresa. Contudo e conforme consta do Regulamento do Conselho Fiscal divulgado no sítio da sociedade, este órgão “registra por escrito as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme for adequado, as necessárias diligências junto da administração e da auditoria e sobre as mesmas elabora o seu relatório”.

Capítulo III

Informação

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social da Ibersol, SGPS, SA. é representado por 20.000.000 de acções ordinárias nominativas, cada uma com o valor nominal de 1 euro, sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as acções.

O capital é composto por um total de 20.000.000 de acções, sob a forma de representação escritural, correspondentes a igual valor nominal total em euros, encontrando-se todas admitidas à negociação na *Euronext Lisbon* com o código PTIBS0AM0008.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

As participações qualificadas a 31/12/2009 são as que se apresentam no quadro seguinte:

Relatório Governo da Sociedade

Accionista	nº acções	% capital social	% capital com direitos não suspensos
ATPS - SGPS, S.A. (*)			
Directamente	425,182	2.13%	2.13%
I.E.S.-Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS,S.A.	9,998,000	49.99%	49.99%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1,400	0.01%	0.01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1,400	0.01%	0.01%
Total participação detida / imputável	10,425,982	52.13%	52.13%
Banco BPI, S.A.			
Fundo Pensões Banco BPI	400,000	2.00%	2.00%
BPI Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	9,016	0.05%	0.05%
Total participação detida / imputável	409,016	2.05%	2.05%
Fundos Investimento Millennium BCP			
Millennium Acções Portugal	337,290	1.69%	1.69%
Millennium PPA	223,685	1.12%	1.12%
Millennium Poupança PPR	52,168	0.26%	0.26%
Millennium Aforro PPR	20,000	0.10%	0.10%
Millennium Investimento PPR Acções	17,000	0.09%	0.09%
Total participação detida / imputável	650,143	3.25%	3.25%
Santander Asset Management SGFIM, SA			
Santander Acções Portugal	682,178	3.41%	3.41%
Santander PPA	88,064	0.44%	0.44%
Total participação detida / imputável	770,242	3.85%	3.85%
Kabouter Management LLC			
Kabouter Fund II	370,000	1.85%	1.85%
Talon International	32,000	0.16%	0.16%
Total participação detida / imputável	402,000	2.01%	2.01%
Bestinver Gestion			
BESTINVER BOLSA, F.I.	978,682	4.89%	4.89%
BESTINFOND F.I.	533,945	2.67%	2.67%
BESTINVER HEDGE VALUE FUND FIL	366,758	1.83%	1.83%
BESTINVER MIXTO, F.I.	170,003	0.85%	0.85%
SOIXA SICAV	99,438	0.50%	0.50%
BESTINVER GLOBAL, F.P.	96,731	0.48%	0.48%
BESTINVER BESTVALUE SICAV	91,227	0.46%	0.46%
BESTINVER AHORRO, FP	75,770	0.38%	0.38%
BESTINVER RENTA, F.I.	63,903	0.32%	0.32%
TEXRENTA INVERSIONES SICAV	27,736	0.14%	0.14%
BESTINVER PREVISION, F.P.	17,790	0.09%	0.09%
LOUPRI INVERSIONES	7,443	0.04%	0.04%
DIVALSA DE INVERSIONES SICAV, SA	4,778	0.02%	0.02%
BESTINVER EMPLEO, F.P.	4,373	0.02%	0.02%
ACCIONES,CUP.Y OBLI.SEGOVIANAS	3,656	0.02%	0.02%
ABEDUL 1999,S.A.,SICAV	2,930	0.01%	0.01%
LINKER INVERSIONES, SICAV, SA	2,691	0.01%	0.01%
Total participação detida / imputável	2,547,854	12.74%	12.74%
The Goldman Sachs Group, Inc			
Directamente	21,285	0.11%	0.11%
Goldman., Sachs &Co	402,000	2.01%	2.01%
Total participação detida / imputável	423,285	2.12%	2.12%

(*) A ATPS- SGPS, S.A. é participada por : António Carlos Vaz Pinto de Sousa em 50% e António Alberto Guerra Leal Teixeira em 50%.

Em 31/12/2009, a Ibersol, SGPS, SA. era detentora de 2.000.000 acções próprias, correspondentes a 10% do capital.

Durante o exercício a sociedade não efectuou transacções de acções próprias.

III.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não há na Ibersol, SGPS, SA nenhum accionista ou categoria de accionistas que sejam titulares de direitos especiais.

III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. restrições de qualquer natureza à transmissibilidade ou titularidade das acções.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial que possa conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou exercício concertado de direitos de voto.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos. Será aplicável o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não existem na Ibersol, SGPS, SA. quaisquer mecanismos de participação dos trabalhadores no seu capital.

III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente:

- a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
- b) O anúncio de resultados;
- c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

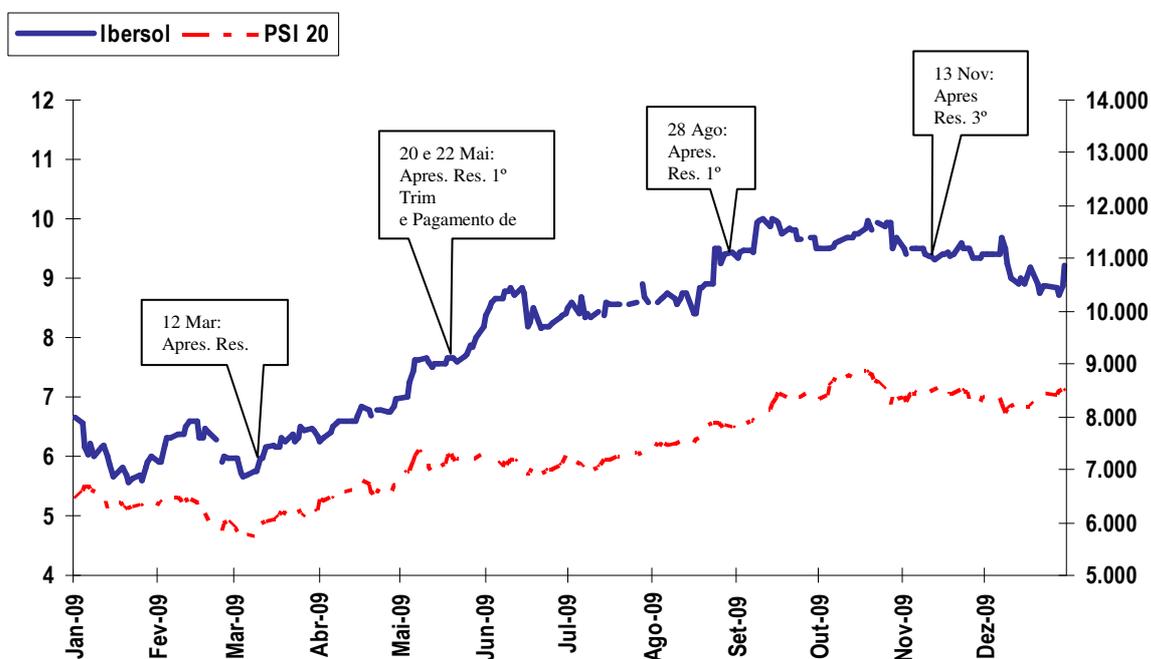
As acções da Ibersol, SGPS, SA. registaram no ano de 2009 uma valorização de 39,5%, face a uma valorização do PSI20 de 32,7%. O valor máximo de 10,00€ por acção foi atingido nos dias 11,16,17 e 18 de Setembro e o valor mínimo de 5,51€ por acção foi atingido no dia 6 de Março.

O maior número de acções transaccionadas numa sessão ocorreu no dia 22 de Junho e foram negociadas 59.925 acções.

Durante o ano transaccionaram-se 1,824 milhões de acções da Ibersol, correspondendo a um valor de 14,14 milhões de euros. O volume médio foi de 7.415 acções por dia e o preço médio de 7,75 € por acção.

A capitalização bolsista no dia 31 de Dezembro de 2009 era de 184 milhões de euros.

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução da cotação das acções da sociedade, identificando os factos mais relevantes ocorridos ao longo do ano:



Durante o ano de 2009 não houve lugar a emissão de acções ou de outros valores mobiliários. Os dividendos relativos ao exercício de 2008 estiveram a pagamento a partir do dia 22 de Maio, tendo sido pago um valor bruto de 0,055€ por acção, o que em termos líquidos representou um valor de 0,044€ por acção.

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

A proposta de aplicação de resultados é da competência do Conselho de Administração e depende de vários factores, incluindo os resultados da Ibersol, planos de investimento, necessidades de financiamento e as perspectivas de evolução do negócio. A não acorrerem

circunstâncias anormais manter-se à a política de anos anteriores de distribuição de 0,055 euros por acção.

O histórico de dividendos dos últimos anos foi o seguinte:

ANO	2006	2007	2008	2009 (*)
Dividendo por acção (euros)	0.055	0.055	0.055	0.055
Dividendos Distribuídos (milhares de euros)	1003.10	990.18	990.00	990.00
Dividend Yield (%)	0.7%	0.5%	0.8%	0.7%
Pay out ratio	9.2%	9.6%	9.0%	8.0%

(*) proposta apresentada para a Assembleia Geral de 2010 e no pressuposto de se manterem o número de acções próprias existentes em 31/12/2009.

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

- a) Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;**
- b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano:**
- c) Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.**

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou

operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Não existem negócios ou operações significativos em termos económicos para qualquer das partes intervenientes.

III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a :

- a) funções do gabinete;**
- b) tipo de informação disponibilizada pelo gabinete;**
- c) vias de acesso ao gabinete;**
- d) sítio da sociedade na internet;**
- e) Identificação do representante para as relações com o mercado;**

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a sociedade tem como regra informar os seus accionistas e o mercado de capitais em geral dos factos relevantes da sua vida de uma forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo reiterado ao longo do tempo esse compromisso com o mercado e confirmado a sua prática persistente ao longo dos anos.

Essa divulgação é efectuada através da publicação, na página da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (www.cmvm.pt), e na da sociedade na Internet (www.ibersol.pt) e adicionalmente no meio electrónico de divulgação de informação disponibilizado pela entidade gestora de mercado.

No sítio da sociedade, poderão ser encontrados os comunicados emitidos, a apresentação institucional, os relatórios e contas e a comunicação de resultados. A informação relativa aos relatórios e contas e aos resultados é actualizada numa base trimestral.

Como forma de permitir uma maior interacção com os accionistas e investidores a página inclui, ainda, um capítulo dedicado aos Investidores, que contém:

- A identificação do responsável pelas relações com os investidores bem como o endereço para o seu contacto;
- Relatórios e Contas Consolidadas Anuais, Semestrais e Trimestrais, dos últimos dois anos;
- Calendário anual de eventos
- A convocatória da Assembleia Geral Anual;
- As propostas a apresentar na Assembleia Geral Anual.

O contacto com o Gabinete, está disponibilizado através do Representante para o mercado de capitais, António Carlos Vaz Pinto de Sousa (Telefone: +351 22 6089708; Telefax: +351 22 6089757; E-mail: psousa@ibersol.pt, Morada: Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º andar, 4150–146 Porto.

A Ibersol SGPS. relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo-lhes informação actualizada. Adicionalmente, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da vida da sociedade por esta divulgados no formato imposto por lei, sempre que lhe sejam solicitados.

Os documentos de prestação de contas anuais, semestrais e trimestrais bem como as actualizações semestrais das apresentações institucionais são enviadas por e-mail para todos os accionistas, investidores, analistas, entidades financeiras e jornalistas que, comprovada a sua qualidade, os tenham solicitado.

A sociedade considera que desta forma assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

No âmbito da informação veiculada para o mercado foram publicados, durante o ano de 2009, os seguintes comunicados:

Informação Privilegiada

11/03/2009	Apresentação de Resultados do exercício de 2008
19/03/2009	Calendário Financeiro para 2009
22/04/2009	Informação Aprovação Contas pela AG

Prestação de Contas

02/04/2009	Relatório e contas Individuais e Consolidadas de 2008 a aprovar em A.G.
22/04/2009	Extracto da acta da A.G. a aprovar Relatório e Contas de 2008
20/05/2009	Informação trimestral – 1º Trimestre de 2009
28/08/2009	Relatório e Contas Consolidadas 1º Semestre 2009
13/11/2009	Informação trimestral – 3º Trimestre 2009

Informação sobre o Governo das Sociedades

07/05/2009	Relatório Governo da Sociedade - exercício 2008
30/07/2009	Relatório Governo da Sociedade 2008- versão alterada

Titulares dos Órgãos Sociais

28/04/2009	Eleição dos Órgãos Sociais
------------	----------------------------

Dividendos

04/05/2009	Pagamento de dividendos referentes ao ano de 2008
------------	---

Participações Qualificadas

09/01/2009	Participação qualificada do BPI Gestão Activos
21/01/2009	Redução participação do BPI Gestão Activos
14/05/2009	Adenda à comunicação da Kabouter de 28/08/2008
28/07/2009	Participação qualificada The Goldman Sachs Group

Transacção de acções Próprias

14/05/2009

Deliberação da AG a autorizar aquisição de acções próprias

Convocatórias

19/03/2009

Assembleia Geral Anual e ponto 5.

Síntese Anual da Informação Divulgada

22/04/2009

Síntese de Informação de 2008

III.13. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

- a) serviços de revisão legal de contas;
- b) outros serviços de garantia de fiabilidade;
- c) serviços de consultoria fiscal;
- d) outros serviços que não de revisão legal de contas;

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor;

O auditor da sociedade é a PriceWaterhouseCoopers, que em 2009 facturou à sociedade e às suas filiais e associadas incluídas no perímetro de consolidação o valor total de 189.653 euros (2008:253.959 euros), sendo:

Serviços de Auditoria e certificação legal	155.961 €	(82%)
Serviços de consultoria e formação na área contabilística.	33.692 €	(18%)

No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas em relação ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou a prestação de serviços que não de auditoria de modo a assegurar-se de que não existiam situações de conflitos de interesse.

(Contém 3 Anexos)

Porto, 10 de Março de 2010

O Conselho de Administração

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Juan Carlos Vázquez-Dodero

ANEXO I

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

**DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
DA IBERSOL, SGPS, S.A. A SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE 29
DE MARÇO DE 2010**

1. Nos termos da competência que está atribuída a esta Comissão pela Assembleia Geral de Accionistas da Ibersol SGPS, SA. e nos termos do artigo 26.º n.º 2 dos Estatutos da sociedade, está cometida a esta Comissão de Vencimentos a função de fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

2. Nos termos estatutários aplicáveis, a Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral de Accionistas em 22 de Abril de 2009, sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

3. A Comissão de Vencimentos submete, pois, à apreciação desta Assembleia Geral e para efeitos de adopção da Recomendação II.1.5.2 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, a presente declaração contendo as orientações observadas por esta Comissão na fixação da remuneração dos membros dos órgãos sociais de Fiscalização e Mesa da Assembleia Geral, em resultado da deliberação emitida em 2009, nos seguintes termos:

a) A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi fixada, para o ano de 2009, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano.

b) A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 737.594,00€ no ano de 2009. Entre as obrigações da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é detida, em partes iguais, pelos Administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância de 737.594,00€, no ano de 2009, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 368.797,00€. O membro não executivo auferiu uma remuneração anual de 6.000€.

Face ao exposto, não é possível emitir declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração da sociedade, designadamente contendo a informação referida no artº 2º nº 3 da Lei 28/2009.

c) A remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada, para o ano de 2009, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano.

Os princípios gerais observados são essencialmente aqueles que resultam da lei, tendo em conta as actividades efectivamente exercidas pelos membros indicados, tomando ainda no devido relevo a situação económica da sociedade e as condições que se observam genericamente para situações equivalentes. Foram tidas em consideração as funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais enumerados, no sentido mais abrangente da actividade efectivamente concretizada, tendo por parâmetro avaliativo o grau das responsabilidades que lhes estão afectas. A ponderação das funções é, pois, considerada num sentido amplo e atende a factores diversos, designadamente o nível da responsabilidade, o tempo dispendido e a mais-valia que resulta para o Grupo do respectivo desempenho institucional. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade, que, em termos relativos, está associado às funções designadas, é também um aspecto relevante. A conjugação dos factores que vão enumerados e a valoração que lhes foi dada, permite assegurar não só os interesses dos próprios titulares, mas essencialmente os da sociedade.

A política de remuneração que submetemos à apreciação dos accionistas da sociedade, é, pois, a que se traduz na observação dos parâmetros acima enunciados, consistindo na remuneração dos membros dos indicados órgãos por uma quantia fixa líquida, anualmente prestada em doze parcelas mensais, até final do exercício. Na fixação de todas as remunerações foram observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios comparativos para graus de desempenho equivalentes.

Porto, 10 de Março de 2010.

A Comissão de Vencimentos,

Vítor Pratas Sevilhano, Dr.

Amândio Mendonça da Fonseca, Dr.

Don Alfonso Munk Pacin.

ANEXO II

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS DIRIGENTES
DA IBERSOL, SGPS, S.A.**

1. Em face da competência prevista no corpo do artigo 11º dos estatutos da IBERSOL, SGPS, S.A. (IBERSOL), na mesma está compreendida e afecta ao Conselho de Administração a responsabilidade pela definição da política geral de retribuições e incentivos para os cargos Dirigentes da Sociedade, bem como para todo o pessoal técnico e administrativo da mesma.

2. São considerados Dirigentes, nos termos da aceção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da sociedade.

3. Em benefício da transparência e em cumprimento das Recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas apresentadas pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários o Conselho de Administração submete à apreciação desta Assembleia Geral, para efeitos de adopção da Recomendação II.1.5.2 do Código de Governo das Sociedades, a presente declaração contendo as orientações por si observadas na fixação das mencionadas remunerações, nos seguintes termos:

a) A política adoptada na fixação da remuneração dos Dirigentes da IBERSOL coincide com aquela que está definida para a generalidade trabalhadores da Sociedade;

b) No entanto, a remuneração dos Dirigentes da Sociedade compreende uma remuneração fixa e um, eventual, prémio de desempenho;

c) A avaliação do desempenho, em termos qualitativos, bem como o prémio de desempenho são estabelecidos de acordo com critérios que foram previamente definidos pelo Conselho de Administração;

d) Neste termos, ter-se-ão em conta, para a definição do eventual prémio por desempenho dos dirigentes, não só os factores comportamentais de cada quadro do Grupo, designadamente valorando-se as suas competências específicas para a função, o grau de responsabilidade inerente ao desempenho da mesma, quer ainda a sua capacidade própria de adaptação à gestão da sociedade e aos seus procedimentos específicos, ponderando-se igualmente o grau de autonomia do respectivo desempenho individual, mais se considerando a performance técnica e/ou económico-financeira da área de negócio em que os quadros dirigentes se inserem, bem como a performance económico-financeira da IBERSOL.

Porto, 10 de Março de 2010.

O Conselho de Administração.

ANEXO III

IBERSOL SGPS, SA.

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146 Porto

Capital Social : 20.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477

SOCIEDADE ABERTA

VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

INSTRUÇÕES E MODELO

1. Nos termos do disposto no artº 20º nº 1 dos Estatutos Sociais, a Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam, que, até cinco dias úteis antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na citada disposição estatutária.
2. De acordo com o disposto no artº 22º nº 3 dos Estatutos Sociais, o direito de voto na Assembleia-Geral da Sociedade Ibersol, SGPS, SA., pode ser exercido por correspondência.
3. Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, sita no Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, nºs 105 a 159, 9º andar, 4150-146 Porto por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida à Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista, nos termos previstos no nº 1 do artº 20º dos Estatutos Sociais.
4. A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o acto, nos termos do artº 22º nº 5 dos Estatutos Sociais.
5. Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:
 - a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
 - b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
 - c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente.
6. Não obstante o disposto na alínea b) do número anterior, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta, declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto de ordem de trabalhos, sem outras especificações.
7. Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.
8. Os votos emitidos por correspondência valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à sua emissão.
9. Compete à Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

10. Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação.

MODELO

Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas
da *IBERSOL, SGPS, SA.*

(voto por correspondência)

Assembleia Geral Anual de 29 de Março de 2010

Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9º andar,

4150-146 PORTO

DECLARAÇÃO DE VOTO

Accionista: _____

Morada completa : _____

Número de Contribuinte: _____

Número de acções : _____

Banco(s)Depositário(s): _____

Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e Contas relativos ao exercício de 2009;

Proponente: _____

A favor Abstensão Contra

Propostas apresentadas por outros proponentes:

Vota contra?

O Voto que vai expresso mantém-se caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente:

sim não

Ponto 2. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e Contas Consolidadas, relativos ao exercício de 2009;

Proponente: _____

A favor Abstensão Contra

Propostas apresentadas por outros proponentes:

Vota contra?

O Voto que vai expresso mantém-se caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente:

sim não

Ponto 3. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2009;

Proponente: _____

A favor Abstenção Contra

Propostas apresentadas por outros proponentes:

Vota contra?

O Voto que vai expresso mantém-se caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente:

sim não

Ponto 4. Deliberar sobre a apreciação geral da Administração e fiscalização da sociedade;

Proponente: _____

A favor Abstenção Contra

Propostas apresentadas por outros proponentes:

Vota contra?

O Voto que vai expresso mantém-se caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente:

sim não

Ponto 5. Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias até ao limite legal de 10%;

Proponente: _____

A favor Abstenção Contra

Propostas apresentadas por outros proponentes:

Vota contra?

O Voto que vai expresso mantém-se caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente:

sim não

Ponto 6. Deliberar sobre a aquisição e/ou detenção de acções representativas do capital social desta sociedade, por sociedades dela directa ou indirectamente dependentes, nos termos do artº 325º-B do Código das Sociedades Comerciais;

Proponente: _____

A favor Abstenção Contra

Propostas apresentadas por outros proponentes:

Vota contra?

O Voto que vai expresso mantém-se caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente:

sim não

Ponto 7. Apreciação de declaração da Comissão de Vencimentos e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respectivamente dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes;

Proponente: _____

A favor Abstenção Contra

(Assinatura do Accionista)

Anexo : cópia autenticada do BI (se pessoa singular) / reconhecimento de assinatura(s) na qualidade de representante de pessoa colectiva, com poderes para o acto;

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2009

Índice às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota	Página	Nota	Página
Demonstrações da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008	3	5 Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e outras	19
Demonstrações do Rendimento Integral Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008	4	6 Informação por segmentos	21
Demonstrações do Rendimento Integral Consolidado para o 4º Trimestre dos anos 2009 e 2008	5	7 Factos não usuais e não recorrentes	22
Demonstrações das alterações no Capital Próprio Consolidado	6	8 Activos fixos tangíveis	22
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa	7	9 Activos intangíveis	24
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	8	10 Investimentos financeiros	26
1 Nota introdutória	8	11 Outros activos não correntes	26
2 Principais políticas contabilísticas:		12 Existências	26
2.1 Base de preparação	8	13 Caixa e equivalentes de caixa	27
2.2 Consolidação	8	14 Outros activos correntes	27
2.3 Relato por segmentos	9	15 Capital próprio	29
2.4 Conversão cambial	10	16 Empréstimos	29
2.5 Activos Fixos Tangíveis	10	17 Impostos diferidos	30
2.6 Activos Intangíveis	10	18 Provisões para riscos e encargos	31
2.7 Imparidade de activos	11	19 Outros passivos não correntes	32
2.8 Investimentos Financeiros	12	20 Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	32
2.9 Existências	13	21 Outros passivos correntes	33
2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores	13	22 Fornecimento e serviços externos	33
2.11 Caixa e equivalentes de caixa	13	23 Custos com pessoal	34
2.12 Capital social	14	24 Outros proveitos e custos operacionais	34
2.13 Empréstimos Obtidos	14	25 Custo de financiamento líquido	35
2.14 Impostos Diferidos	14	26 Impostos sobre o rendimento	35
2.15 Provisões	14	27 Resultado por acção	35
2.16 Reconhecimento do Rédito	15	28 Activos e passivos financeiros	36
2.17 Locações	15	29 Dividendos	37
2.18 Distribuição de dividendos	15	30 Fluxos de caixa decorrentes das operações	37
2.19 Resultado por acção	16	31 Contingências	37
2.20 Instrumentos financeiros derivados	16	32 Compromissos	37
3 Gestão do risco financeiro	17	33 Empreendimentos conjuntos	38
4 Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos	19	34 Transacções com partes relacionadas	38
		35 Normas IFRS já emitidas ou revistas e de aplicação futura	39
		36 Eventos subsequentes	39
		37 Aprovação das demonstrações financeiras	39

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(valores em euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2009	31-12-2008
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 8	120.120.387	118.483.939
Diferenças de consolidação	2.6 e 9	42.369.581	44.246.954
Activos Intangíveis	2.6 e 9	18.826.684	18.561.657
Impostos diferidos activos	2.14 e 17	934.938	1.066.159
Investimentos financeiros	2.8 e 10	511.165	436.085
Outros activos não correntes	2.10 e 11	1.575.686	1.060.114
Total de activos não correntes		184.338.441	183.854.908
Corrente			
Existências	2.9 e 12	4.170.721	4.127.633
Caixa e equivalentes de caixa	2.11 e 13	20.649.468	7.332.731
Outros activos correntes	2.10 e 14	12.989.705	17.165.705
Total de activos correntes		37.809.894	28.626.069
Total do Activo		222.148.335	212.480.977
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	2.12 e 15	20.000.000	20.000.000
Ações próprias	2.12 e 15	-11.179.644	-11.179.644
Diferenças de consolidação		156.296	156.296
Reservas e resultados transitados	15	68.255.660	55.268.517
Resultado líquido do exercício		14.612.638	13.688.813
		91.844.950	77.933.982
Interesses minoritários	15	3.477.604	4.997.029
Total do Capital Próprio		95.322.555	82.931.011
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	2.13 e 16	30.113.106	26.954.396
Impostos diferidos passivos	2.14 e 17	10.191.272	9.291.754
Provisões para outros riscos e encargos	2.15 e 18	33.257	346.419
Outros passivos não correntes	19	2.686.574	4.529.067
Total de passivos não correntes		43.024.209	41.121.636
Corrente			
Empréstimos	2.13 e 16	31.285.323	38.969.827
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	20	37.440.532	34.091.424
Outros passivos correntes	21	15.075.716	15.367.078
Total de passivos correntes		83.801.571	88.428.329
Total do Passivo		126.825.780	129.549.966
Total do Capital Próprio e Passivo		222.148.335	212.480.977

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2009 E 2008
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	2.16 e 6	205.582.649	212.165.691
Prestações de serviços	2.16 e 6	1.759.045	2.390.557
Outros proveitos operacionais	24	3.934.858	3.516.247
Total de proveitos operacionais		<u>211.276.552</u>	<u>218.072.495</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		43.547.827	47.113.091
Fornecimentos e serviços externos	22	64.844.735	66.767.927
Custos com o pessoal	23	67.240.259	67.283.375
Amortizações e depreciações e perdas por imparidade	8 e 9	11.608.744	11.254.938
Provisões		-	69.794
Outros custos operacionais	24	1.782.180	1.957.432
Total de custos operacionais		<u>189.023.745</u>	<u>194.446.557</u>
Resultados Operacionais		<u>22.252.807</u>	<u>23.625.938</u>
Custo de Financiamento líquido	25	-1.871.017	-4.157.899
Resultado antes de impostos		<u>20.381.790</u>	<u>19.468.039</u>
Imposto sobre o rendimento	26	5.320.300	5.254.221
Resultado depois de impostos		<u>15.061.490</u>	<u>14.213.818</u>
Resultado consolidado do exercício		<u>15.061.490</u>	<u>14.213.818</u>
Outros rendimentos		-	-
Total de outros rendimentos		<u>-</u>	<u>-</u>
RENDIMENTO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		<u>15.061.490</u>	<u>14.213.818</u>
Resultado atribuível a:			
Accionistas		14.612.638	13.688.813
Interesses minoritários		448.851	525.005
Rendimento atribuível a:			
Accionistas		14.612.638	13.688.813
Interesses minoritários		448.851	525.005
Resultados por acção			
Básico	27	<u>0,81</u>	<u>0,76</u>
Diluído		<u>0,81</u>	<u>0,76</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
PARA O QUARTO TRIMESTRE DOS ANOS de 2009 E 2008
(valores em euros)

		4º TRIMESTRE	
		2009	2008
Proveitos operacionais			
Vendas		54.962.293	54.581.108
Prestações de serviços		515.224	552.825
Outros proveitos operacionais	24	<u>1.432.356</u>	<u>1.284.925</u>
Total de proveitos operacionais		<u>56.909.873</u>	<u>56.418.858</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		11.571.126	11.682.326
Fornecimentos e serviços externos	22	17.504.104	17.646.570
Custos com o pessoal	23	17.435.562	17.247.530
Amortizações e depreciações e perdas por imparidade		3.670.236	3.661.334
Provisões		-63.093	24.926
Outros custos operacionais	24	<u>849.490</u>	<u>925.410</u>
Total de custos operacionais		<u>50.967.425</u>	<u>51.188.096</u>
Resultados Operacionais		<u>5.942.448</u>	<u>5.230.762</u>
Custo de Financiamento líquido	25	-339.185	-1.083.294
Resultado antes de impostos		<u>5.603.263</u>	<u>4.147.468</u>
Imposto sobre o rendimento	26	1.447.417	1.069.786
Resultado depois de impostos		<u>4.155.846</u>	<u>3.077.682</u>
Resultado consolidado do exercício		<u>4.155.846</u>	<u>3.077.682</u>
Outros rendimentos		-	-
Total de outros rendimentos		<u>-</u>	<u>-</u>
RENDIMENTO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		<u>4.155.846</u>	<u>3.077.682</u>
Resultado atribuível a:			
Accionistas		3.843.408	2.726.794
Interesses minoritários		312.437	350.888
Rendimento atribuível a:			
Accionistas		3.843.408	2.726.794
Interesses minoritários		312.437	350.888
Resultados por acção			
Básico	27	<u>0,21</u>	<u>0,15</u>
Diluído		<u>0,21</u>	<u>0,15</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações das alterações no Capital Próprio Consolidado
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(valores em euros)

Nota	<u>Atribuível a detentores do capital</u>					Interesses Minoritários	Total Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	20.000.000	-11.146.810	43.457.882	12.790.269	65.101.341	4.642.194	69.743.535
Aplicação do resultado consolidado de 2007:							
Transferência para reservas e resultados transitados			11.800.089	-11.800.089	0		0
Dividendos distribuídos	29			-990.180	-990.180		-990.180
Aquisição/(alienação) de acções próprias	15	-32.832			-32.832		-32.832
Variação na % interesse nas filiais Iberaki e Restoh			166.840		166.840	-170.170	-3.330
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2008				13.688.813	13.688.813	525.005	14.213.818
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	20.000.000	-11.179.642	55.424.811	13.688.813	77.933.982	4.997.029	82.931.011
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	20.000.000	-11.179.644	55.424.813	13.688.813	77.933.982	4.997.029	82.931.011
Aplicação do resultado consolidado de 2008:							
Transferência para reservas e resultados transitados			12.698.813	-12.698.813	0		0
Dividendos distribuídos	29			-990.000	-990.000		-990.000
Aquisição/(alienação) de acções próprias	15				0		0
Variação na % interesse Grupo QRM			288.330		288.330	-1.968.276	-1.679.946
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009				14.612.638	14.612.638	448.851	15.061.490
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	20.000.000	-11.179.644	68.411.956	14.612.638	91.844.950	3.477.604	95.322.554

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(valores em euros)

	Nota	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
		2009	2008
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Fluxos das actividades operacionais (1)	30	36.545.951	26.331.502
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		69.791	0
Activos tangíveis		842.449	1.066.474
Activos intangíveis		0	0
Subsídios de Investimento		89.140	0
Juros recebidos		165.302	262.760
Dividendos recebidos			
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		575.079	1.592.140
Activos tangíveis		11.090.397	15.759.970
Activos intangíveis		2.301.665	2.291.585
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		-12.800.459	-18.314.461
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos			
Empréstimos obtidos			13.748.722
Contratos de locação financeira			
Venda de acções próprias			
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		10.270.905	
Amortizações de contratos locação financeiras		2.409.561	2.684.188
Juros e custos similares		2.271.898	4.660.917
Dividendos pagos		990.000	990.180
Reduções capital e prest.suplementares			
Aquisição de acções próprias			32.832
Outros			
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-15.942.364	5.380.605
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		7.803.128	13.397.646
Efeito das diferenças de cambio			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.014.733	-7.382.913
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13	13.817.861	6.014.733

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 429 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burguer King, O’ Kilo, Bocatta, Café Sô, Quiosques, Pizza Móvil, Flor d’Oliveira, Sol, Sugestões e Opções e José Silva Carvalho, Catering. O Grupo possui 406 unidades de exploração própria e 23 em regime de franquia. Deste universo, 111 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 89 estabelecimentos próprios e 22 franquizados.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2009 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2008.

2.2 Consolidação

(a) Subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto ou o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas, nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço e demonstração de resultados consolidados, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve essa diferença e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e a capacidade para cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria-se deles até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição, acrescido dos custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis

adquiridos, é registada como diferença de consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração de Resultados (ver Nota 2.5).

Os saldos e ganhos decorrentes de transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, por forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

(b) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses do Grupo nas entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de consolidação proporcional desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. O Grupo integra a sua parte nos activos, passivos, custos e proveitos do empreendimento conjunto usando o método linha a linha. O Grupo reconhece a porção dos ganhos ou perdas na venda de activos ao Empreendimento Conjunto atribuível aos outros empreendedores. O Grupo não reconhece a sua parte nos ganhos ou perdas na venda de activos do Empreendimento conjunto ao Grupo até que esses activos sejam alienados para fora do Grupo. Contudo, uma perda na transacção é reconhecida imediatamente se a perda é indiciadora de redução do valor líquido de realização dos activos ou de uma perda de imparidade. Os saldos e transacções entre empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada, na data de aquisição, é reconhecido como diferença de consolidação.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transacções com outros componentes da mesma entidade), cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho, e relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O Grupo opera em duas grandes áreas geográficas (Portugal e Espanha) geridas à escala nacional.

As vendas são distribuídas com base no país em que se localiza o cliente.

Os activos dos segmentos incluem, principalmente, activos fixos tangíveis, activos intangíveis, existências, contas a receber e disponibilidades. São excluídos impostos diferidos, investimentos financeiros e derivados detidos para negociação ou designados como coberturas de empréstimos.

Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais. Excluem elementos como impostos, empréstimos e derivados de cobertura relacionados.

Os investimentos compreendem adições aos activos fixos tangíveis (Nota 8) e activos intangíveis (Nota 9).

Os investimentos são distribuídos, em termos de segmentos geográficos, com base no local onde se encontram os activos.

2.4 Conversão cambial

(a) Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são elaboradas utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("A moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

(b) Transacções e Saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data do balanço dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa, ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.

2.5 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afectos à actividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia, nomeadamente, resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são acrescidos às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos activos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-50 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores depreciáveis dos activos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados.

2.6 Activos Intangíveis

a) Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação representam o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada/empreendimento conjunto na data de aquisição. As diferenças de consolidação resultantes da aquisição de subsidiárias são incluídas nos activos intangíveis. As diferenças de consolidação são sujeitas a testes de imparidade, numa base anual e são apresentadas ao custo, deduzidas de perdas de imparidade acumuladas. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor das diferenças de consolidação referentes à mesma.

As diferenças de consolidação são alocadas às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

b) Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com pesquisas são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos de produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Os demais dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, que não excederá cinco anos.

c) Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

d) Concessões e direitos territoriais

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita associada aos períodos contratuais, e são apresentadas ao custo menos amortizações acumuladas.

2.7 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são reavaliados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos. No caso dos activos corpóreos, cada loja foi identificada como sendo uma unidade geradora de caixa. São

consideradas em imparidade as lojas com Resultados Operacionais negativos com pelo menos 2 anos de actividade.

As diferenças de consolidação são distribuídas pelas unidades geradoras de fluxos (UGCs) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da UGC.

2.8 Investimentos Financeiros

2.8.1 Classificação

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. O Conselho de Administração determina a classificação no momento de registo inicial dos investimentos e reavalia essa classificação em cada data de relato.

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde o seu início. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelo Conselho de Administração. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de balanço.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e outros créditos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Estes activos são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar o prazo de recebimentos. São incluídos nos activos correntes, excepto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como activos não-correntes.

c) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Conselho de Administração do grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não-correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data do balanço, os quais são classificados como activos correntes.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se o conselho de Administração entender alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data do balanço.

2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos

financeiros não reflectidos ao justo valor através de resultados (neste caso, são também reconhecidos ao justo valor, mas os custos de transacção são registados em custos do exercício em que sejam incorridos). Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber dinheiro dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse. Activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são subseqüentemente valorizados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva. Os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, são incluídos na demonstração de resultados do período em que surgem. Os ganhos e perdas não realizadas, resultantes de alterações do justo valor de títulos não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados do justo valor são incluídos na demonstração de resultados como ganhos ou perdas de investimentos em títulos.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

Se não há um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor usando técnicas de avaliação, as quais incluem o uso de transacções recentes entre partes independentes, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente idênticos, análise do fluxo de caixa descontado e modelos refinados de preços de opções que reflectam as circunstâncias específicas de emissão.

2.8.3 Imparidade

O Grupo verifica em cada data de balanço se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis.

O grupo segue a orientação da IAS 39 (revista em 2004) na determinação da imparidade permanente dos investimentos, a qual requer que o grupo avalie, entre outros factores, a duração e em que medida o justo valor de um investimento é inferior ao seu custo e a saúde financeira e perspectivas de negócio para a participada, incluindo factores tais como a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e de financiamento.

2.9 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de venda.

2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade. O ajustamento de imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento de imparidade é a diferença entre o valor

apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento de imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez elevada e maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

2.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. As acções preferenciais obrigatoriamente remíveis são classificadas no passivo (Nota 2.12).

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias), o valor pago, incluindo os custos directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, após dedução dos custos de transacção directamente imputáveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

2.13 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subsequentemente apresentados ao custo deduzido das amortizações efectuadas; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando o Grupo seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

2.15 Provisões

As provisões para custos com reestruturação, contratos onerosos e reclamações judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, e seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. As provisões para reestruturações incluem penalidades derivadas de rescisão de contratos de locação e pagamentos de indemnizações por cessação de contratos de trabalho dos empregados. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo é determinada em conjunto.

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

a) Venda de bens – retalho

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com pagamentos efectuados por cartão de débito/crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda, incluindo honorários de utilização de cartões de débito/crédito a pagar pela transacção. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

b) Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

c) Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

d) Royalties

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos acordos relevantes.

e) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito dos accionistas ao seu recebimento.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outros passivos não correntes, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. As imobilizações corpóreas adquiridas através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.19 Resultado por acção

Básico

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (Nota 15).

Diluído

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, ajustado pelos dividendos de acções preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período mais o número médio de acções ordinárias emitíveis na conversão de acções ordinárias potenciais diluidoras.

2.20 Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A empresa não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (hedge accounting), respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pela Ibersol, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central, obedecendo a normas aprovadas pela respectiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos no balanço ao seu custo inicial e depois remensurados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio; a parte ineficaz será reconhecida directamente nos resultados.

Cobertura de Investimento Líquido

Actualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias), dado não ter investimentos denominados em moeda diferente do euro.

A empresa tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa; objectivo e estratégia para a cobertura; classificação da relação de cobertura; descrição da natureza do risco que está a ser coberto; identificação do instrumento de cobertura e item coberto; descrição da mensuração inicial e futura da eficácia; identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considerará o desconhecimento nas situações em que instrumento de cobertura

expirar for vendido, terminar ou for exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transacção prevista deixa de ser altamente provável ou deixa de ser esperada; por razões de gestão a empresa decide cancelar a designação de cobertura.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Factores do risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) **Risco de mercado**

i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, uma vez que o Grupo apenas está presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

O Grupo não detém investimentos em operações externas, não havendo exposição ao risco cambial.

ii) Risco de preço

O Grupo está exposto ao risco de preço das acções pelos investimentos detidos e classificados no balanço consolidado como activos financeiros disponíveis para venda, de reduzida expressão e que no final do exercício representam 0,23% do activo total (em 2008: 0,2%). O Grupo não está exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

Nos últimos anos o Grupo só numa pequena parte dos seus financiamentos tem considerado a hipótese de cobertura de risco à variação da taxa de juro. Tem uma operação de Swap sobre 4,9 milhões de euros em Espanha. Consequentemente, a restante dívida remunerada vence juros a taxa variável.

Baseado em simulações realizadas a 31 de Dezembro de 2009, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do exercício de 375 mil euros.

b) **Risco de crédito**

A principal actividade do Grupo é feito com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito/crédito, logo o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. O Grupo tem políticas que

asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

O Grupo monitoriza a liquidez com base nas previsões de fluxos de caixa, as quais nos próximos anos se apresentam como segue:

	<u>2010</u>	<u>de 2011 a 2014</u>
Empréstimos bancários	21.385.761	6.527.373
Papel comercial	3.067.956	23.585.733
Leasing	2.003.495	2.310.332
Fornecedores Imobilizado	4.655.485	-
Fornecedores	21.789.656	-
Outras contas a pagar	8.679.915	121.418
Total	<u>61.582.267</u>	<u>32.544.856</u>

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia.

Em 31 de Dezembro de 2009, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era de 5% e o papel comercial emitido de 76% do montante contratado. As aplicações em depósitos a prazo de 14,4 milhões de euros correspondiam a 22% do passivo remunerado.

d) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2009 foi de 32% e em 31 de Dezembro de 2008 era de 44%, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Empréstimos	65.712.256	71.212.041
Caixa e equivalentes de caixa	<u>20.649.468</u>	<u>7.332.731</u>
Endividamento líquido	45.062.788	63.879.310
Capital próprio	<u>95.322.555</u>	<u>82.931.011</u>
Capital total	<u>140.385.343</u>	<u>146.810.321</u>
Rácio de alavancagem financeira	32%	44%

3.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço. O preço do mercado

usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

O grupo efectua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são:

a) Estimativa de imparidade das diferenças de consolidação

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade das diferenças de consolidação, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.5. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Se a margem bruta real for inferior ou a taxa de desconto, antes de impostos, superior às estimativas dos gestores, as perdas de imparidade das diferenças de consolidação poderão ser superiores às registadas.

b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal e Espanha. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento. Porquanto há inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		2009	2008
<u>Empresa mãe</u>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<u>Empresas filiais</u>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80,00%	80,00%
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	Funchal	100,00%	100,00%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Restmon Portugal, Lda	Lisboa	61,00%	61,00%
Vidisco, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Inverpeninsular, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
(c) Pizzalitos Restaurantes, Lda	Porto	100,00%	100,00%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ferro & Ferro, Lda.	Setúbal	100,00%	100,00%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
(c) Bilcas - Actividades Hoteleiras, Lda	Porto	100,00%	100,00%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Maia	100,00%	51,00%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Maia	100,00%	51,00%
RESTOH- Restauração e Catering, S.A	Maia	100,00%	100,00%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Maia	100,00%	50,99%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Sintra	100,00%	51,00%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100,00%	100,00%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo	100,00%	100,00%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
<u>Empresas controladas conjuntamente</u>			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50,00%	50,00%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do semestre funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

(c) Empresas incorporadas por fusão nas filiais Iberusa e Iberking, respectivamente, no dia 01 de Janeiro de 2009.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de consolidação proporcional em função da percentagem de participação detida pelo grupo, conforme indicado na Nota 2.2.b).

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

Sobre a participação na QRM a Ibersol detinha uma opção de compra dos restantes 49% que foi exercida em 31 de Dezembro de 2009. O valor de aquisição foi de 101 euros, sendo que o correspondente Badwill foi registado contra o Goodwill inicial pela compra dos 51%.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não ocorreram aquisições de subsidiárias.

5.2.2. Alienações

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não ocorreram alienações de subsidiárias.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os resultados por segmento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 são:

31 DE DEZEMBRO 2009	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	151.782.175	50.066.682	201.848.857
Mercadorias	1.434.094	2.299.698	3.733.792
Prestação de Serviços	475.404	1.283.641	1.759.045
Volume de Negócio por Segmento	153.691.673	53.650.021	207.341.694
Resultado operacional	18.015.474	4.237.334	22.252.808
Custo de financiamento líquido	-912.963	-958.054	-1.871.017
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	17.102.511	3.279.280	20.381.791
Imposto sobre o rendimento	4.402.295	918.005	5.320.300
Resultado líquido do exercício	12.700.216	2.361.275	15.061.491

Os resultados por segmento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram:

31 DE DEZEMBRO 2008	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	153.558.717	54.285.230	207.843.947
Mercadorias	1.555.025	2.766.717	4.321.742
Prestação de Serviços	930.228	1.460.328	2.390.556
Volume de Negócio por Segmento	156.043.970	58.512.275	214.556.245
Resultado operacional	19.273.098	4.352.840	23.625.938
Custo de financiamento líquido	-2.319.641	-1.838.258	-4.157.899
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	16.953.457	2.514.582	19.468.039
Imposto sobre o rendimento	4.513.563	740.658	5.254.221
Resultado líquido do exercício	12.439.894	1.773.924	14.213.818

Outros elementos dos segmentos incluídos na demonstração de resultados são:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009			Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008		
	Portugal	Espanha	Grupo	Portugal	Espanha	Grupo
Depreciações (Nota 8)	6.838.915	1.720.383	8.559.298	6.143.432	2.012.108	8.155.540
Amortizações (Nota 9)	1.493.610	299.407	1.793.017	1.214.423	327.774	1.542.197
Imparidade dos activos tangíveis (Nota 8)	841.891	368.376	1.210.267	654.877	855.937	1.510.814
Imparidade do goodwill (Nota 9)	46.163	-	46.163	46.163	-	46.163
Imparidade dos activos intangíveis (Nota 9)	-	-	-	-	-	-
Imparidade das contas a receber (Nota 14)	120.087	61.222	181.309	32.072	126.045	158.117

As transferências ou transacções entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

Os activos, passivos e investimentos dos segmentos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009			Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008		
	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total
Activos	176.735.973	43.476.727	220.212.700	166.101.365	43.958.326	210.059.691
Passivos	42.390.343	6.728.321	49.118.664	39.922.363	7.883.271	47.805.634
Investimento líquido (Notas 8 e 9)	13.393.653	588.356	13.982.009	12.459.282	2.268.839	14.728.121

Os activos e passivos não alocados aos segmentos Portugal e Espanha são:

	<u>Activos</u>	<u>Passivos</u>
Impostos diferidos	934.938	10.191.272
Imposto corrente	489.532	1.803.588
Empréstimos de curto prazo	-	33.288.818
Empréstimos de médio e longo prazo	-	32.423.438
Activos disponíveis para venda	511.165	-
Total	<u>1.935.635</u>	<u>77.707.116</u>

7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES

No exercício de 2009 não se registaram quaisquer factos não usuais

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensílios	Outras Imob. corporeas	Imobilizado em curso	Total
01 de Janeiro de 2008						
Custo	103.806.390	66.174.726	3.937.089	6.665.864	1.749.335	182.333.404
Depreciação acumulada	16.624.496	38.213.762	2.999.144	4.881.503	-	62.718.905
Imparidade Acumulada	4.090.812	1.528.824	76.014	161.130	-	5.856.780
Valor líquido	83.091.082	26.432.140	861.931	1.623.231	1.749.335	113.757.719
31 de Dezembro de 2008						
Valor líquido inicial	83.091.082	26.432.140	861.931	1.623.231	1.749.335	113.757.718
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Adições	8.782.670	4.032.711	607.859	621.106	1.897.426	15.941.772
Diminuições	647.194	520.739	318.602	14.123	28.622	1.529.280
Transferências	1.421.733	-954	0	271.578	-1.712.275	-19.919
Depreciação exercício	2.145.913	5.062.027	347.467	600.133	-	8.155.540
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	1.510.814	-	-	-	-	1.510.814
Valor líquido final	88.991.565	24.881.131	803.721	1.901.659	1.905.864	118.483.939
31 de Dezembro de 2008						
Custo	112.625.244	69.200.730	4.186.400	7.486.554	1.905.864	195.404.792
Depreciação acumulada	18.544.148	43.083.486	3.333.393	5.481.075	-	70.442.102
Imparidade Acumulada	5.089.531	1.236.113	49.287	103.820	-	6.478.751
Valor líquido	88.991.565	24.881.131	803.720	1.901.659	1.905.864	118.483.939
	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensílios	Outras Imob. corporeas	Imobilizado em curso	Total
31 de Dezembro de 2009						
Valor líquido inicial	88.991.565	24.881.131	803.720	1.901.659	1.905.864	118.483.939
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Adições	8.098.112	3.766.519	247.658	851.059	22.888	12.986.236
Diminuições	955.727	504.448	18.906	-6.851	8.024	1.480.253
Transferências	2.396.427	-1.072.913	17.459	428.836	-1.869.779	-99.969
Depreciação exercício	2.699.863	4.639.331	387.514	832.591	-	8.559.298
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	1.210.267	-	-	-	-	1.210.267
Valor líquido final	94.620.248	22.430.959	662.418	2.355.814	50.949	120.120.387
31 de Dezembro de 2009						
Custo	120.925.169	66.957.564	4.207.359	8.878.487	50.949	201.019.529
Depreciação acumulada	22.982.300	43.762.363	3.528.788	6.476.541	-	76.749.993
Imparidade Acumulada	3.322.621	764.242	16.153	46.132	-	4.149.149
Valor líquido	94.620.248	22.430.959	662.418	2.355.814	50.949	120.120.387

A 31 de Dezembro de 2009, os bens utilizados em regime de locação financeira são os seguintes:

	Valor Buto	A. Acumuladas
Terrenos e edifícios	343.923	22.832
Equipamentos	8.221.405	1.929.049
Ferramentas e utensílios	36.231	18.639
Outras imobilizações corporeas	603.544	284.042
	9.205.103	2.254.562

Sendo que o valor correspondente a contratos celebrados no exercício de 2009 é de 1.426.857 euros.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis decompõem-se como se segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Diferenças de consolidação	42.369.581	44.246.954
Outros Intangíveis	18.826.684	18.561.657
	<u>61.196.265</u>	<u>62.808.611</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Diferenças de Consolidação	Trespases	Marcas e licenças	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Imobilizado em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2008							
Custo	46.047.391	1.776.867	23.181.390	716.005	12.704.708	7.448.564	91.874.925
Amortização acumulada	-	577.457	20.905.646	582.264	3.141.319	-	25.206.687
Imparidade acumulada	1.754.274	27.638	532.194	-	219.580	-	2.533.686
Valor líquido	<u>44.293.117</u>	<u>1.171.772</u>	<u>1.743.550</u>	<u>133.741</u>	<u>9.343.809</u>	<u>7.448.564</u>	<u>64.134.552</u>
31 de Dezembro de 2008							
Valor líquido inicial	44.293.117	1.171.772	1.743.550	133.741	9.343.809	7.448.564	64.134.552
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	276.500	397.169	105.000	647.008	18.604	1.444.281
Diminuições	-	-31.175	222.943	-	174.383	799.065	1.165.216
Transferências	-	-	35.821	-	3.512.229	-3.564.696	-16.645
Amortização do exercício	-	164.581	798.291	66.272	513.053	-	1.542.197
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	46.163	-	-	-	-	-	46.163
Valor líquido final	<u>44.246.954</u>	<u>1.314.866</u>	<u>1.155.306</u>	<u>172.469</u>	<u>12.815.610</u>	<u>3.103.407</u>	<u>62.808.611</u>
31 de Dezembro de 2008							
Custo	46.047.391	2.029.398	22.680.465	821.005	16.528.191	3.103.407	91.209.858
Amortização acumulada	-	688.700	21.341.762	648.536	3.500.109	-	26.179.107
Imparidade acumulada	1.800.437	25.833	183.397	-	212.472	-	2.222.140
Valor líquido	<u>44.246.954</u>	<u>1.314.866</u>	<u>1.155.306</u>	<u>172.469</u>	<u>12.815.610</u>	<u>3.103.407</u>	<u>62.808.611</u>
31 de Dezembro de 2009							
Valor líquido inicial	44.246.954	1.314.866	1.155.306	172.469	12.815.610	3.103.407	62.808.611
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-1.831.210	-	549.035	59.658	1.152.730	530.895	461.108
Diminuições	-	6.761	50.473	0	14.143	3.889	75.266
Transferências	-	-313.930	-160.426	-	1.290.148	-974.797	-159.005
Amortização do exercício	-	151.470	793.620	69.259	778.668	-	1.793.017
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	46.163	-	-	-	-	-	46.163
Valor líquido final	<u>42.369.581</u>	<u>842.705</u>	<u>699.821</u>	<u>162.868</u>	<u>14.465.677</u>	<u>2.655.616</u>	<u>61.196.268</u>
31 de Dezembro de 2009							
Custo	44.216.181	1.433.631	22.623.705	880.663	19.122.970	2.655.616	90.932.767
Amortização acumulada	-	590.926	21.774.811	717.795	4.448.851	-	27.532.384
Imparidade acumulada	1.846.600	0	149.073	-	208.442	-	2.204.115
Valor líquido	<u>42.369.581</u>	<u>842.705</u>	<u>699.821</u>	<u>162.868</u>	<u>14.465.677</u>	<u>2.655.616</u>	<u>61.196.268</u>

(1) o saldo da rubrica de imobilizado em curso diz respeito às 3 concessões ainda por abrir, nas áreas de serviço de Guimarães, Fafe e Paredes, áreas de serviço essas cuja construção ainda decorre. Por sua vez, o movimento do exercício decorre da abertura das áreas de serviço cuja obra ficou concluída.

A 31 de Dezembro de 2009, as concessões e os direitos territoriais do grupo, e a respectiva vida útil associada, são apresentados como segue:

Direitos Territoriais	N.º anos	Ano limite de utilização
Pans & Company	10	2016
Burger King	20	2021
Direitos de Concessão	N.º anos	Ano limite de utilização
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço Repsol 2ª Circular	28	2017
Área Serviço do Fogueteiro	16	2015
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Setúbal	14	2017
Pizza Hut Foz	10	2020
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área de Serviço A5 Oeiras	12	2015
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Guimarães	30	2036
Áreas Serviço Fafe	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Lousada (Felgueiras)	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares	24	2030
Áreas Serviço Talhada (Vouzela)	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Paredes (P.Ferreira)	26	2032
Áreas Serviço Maia	26	2032

A distribuição das diferenças das diferenças de consolidação por segmento apresenta-se como segue:

	Dez-09	Dez-08
Portugal	9.466.054	11.343.427
Espanha	32.903.527	32.903.527
	42.369.581	44.246.954

As diferenças de consolidação alocadas ao segmento Espanha em 31 de Dezembro de 2009 resultaram principalmente da aquisição das filiais Lurca e Vidisco.

Nos testes de imparidade foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento para a perpetuidade	2%
Taxa de desconto	7%

A taxa de desconto apresentada é líquida de Imposto e foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital) considerando os seguintes parâmetros:

Taxa juro sem risco	4,5%
Prémio de risco dos capitais próprios	4,0%
Beta	1
Prémio risco da dívida	1,5%
Taxa Imposto (Portugal/Espanha)	26,5%/30%
Capitais próprios/Dívida remunerada	60%/40%

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A decomposição dos investimentos financeiros apresenta-se como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Adiantamentos por conta de Investimentos financeiros	172.085	172.085
Outros Investimentos financeiros	339.080	264.000
	<u>511.165</u>	<u>436.085</u>
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<u>511.165</u>	<u>436.085</u>

Os activos reflectidos nas rubricas acima referidas dizem respeito a participações financeiras (inferiores a 20%) em entidades não cotadas.

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

A decomposição dos activos financeiros disponíveis para venda apresenta-se como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Clientes e outros devedores (1)	1.575.686	1.060.114
Outros activos não correntes	<u>1.575.686</u>	<u>1.060.114</u>
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<u>1.575.686</u>	<u>1.060.114</u>

(1) o saldo é maioritariamente constituído por depósitos e fianças constituídos em Espanha e por dívidas resultantes da cedência de imobilizado a franchisados, na filial Vidisco.

12. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o detalhe das existências do grupo era o seguinte:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.121.055	4.047.254
Mercadorias	124.647	155.360
	<u>4.245.702</u>	<u>4.202.614</u>
Perdas de imparidade acumuladas	74.981	74.981
Existências líquidas	<u>4.170.721</u>	<u>4.127.633</u>

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Numerário	694.796	605.360
Depósitos bancários	19.953.766	3.006.465
Aplicações de tesouraria	906	3.720.906
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	20.649.468	7.332.731
Descobertos bancários	6.831.607	1.317.997
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>13.817.861</u>	<u>6.014.734</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é o seguinte:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Clientes	4.288.463	5.279.723
Estado e outros entes públicos (1)	1.534.386	1.750.968
Outros devedores (2)	2.964.727	5.957.301
Adiantamentos a fornecedores	11.057	16.141
Acréscimos de proveitos (3)	3.272.649	3.059.635
Custos diferidos (4)	1.861.467	1.863.672
Outros activos correntes	13.932.749	17.927.440
Perdas de imparidade acumuladas	943.044	761.735
	<u>12.989.705</u>	<u>17.165.705</u>

(1) Saldo decorrente, essencialmente, dos valores de Iva a recuperar (1.044.839 euros), e de IRC (489.532 euros).

(2) A conta outros devedores decompõe-se pelas seguintes rubricas:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Adiantamentos	-	8.791
Venda de activos financeiros	-	61.000
Contratos com fornecedores	-	2.789.631
Subsídio para formação	142.052	-
Comparticipação para obras	667.707	-
Outros	2.154.967	3.097.879
	<u>2.964.727</u>	<u>5.957.301</u>

(3) Detalhe da rubrica acréscimos de proventos:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Juros a receber	45.534	46.549
Contratos com fornecedores	2.448.466	2.486.927
Outros	778.649	526.159
	<u>3.272.649</u>	<u>3.059.635</u>

(4) Detalhe da rubrica custos diferidos:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Rendas e condomínios	1.220.208	1.229.704
Fornecimento e serviços externos	277.072	337.945
Outros	364.186	296.023
	<u>1.861.467</u>	<u>1.863.672</u>

As dívidas de Terceiros podem ser decompostas da seguinte forma em termos de imparidade:

	<u>Dez-09</u>		<u>Dez-08</u>	
	<u>c/ Imparidade</u>	<u>s/ Imparidade</u>	<u>c/ Imparidade</u>	<u>s/ Imparidade</u>
Clientes c/c	548.461	3.740.002	446.224	4.833.499
Outros devedores	394.583	2.570.454	315.511	5.641.790
	<u>943.044</u>	<u>6.310.456</u>	<u>761.734</u>	<u>10.475.290</u>

No que diz respeito às dívidas sem ajustamentos de imparidade a sua decomposição apresenta-se como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
dívida não vencida	928.050	600.969
dívida vencida:		
a menos de 1 mês	381.769	602.254
entre um e três meses	771.022	826.404
a mais de três meses	<u>1.659.162</u>	<u>2.803.871</u>
	<u>3.740.002</u>	<u>4.833.498</u>

Os movimentos ocorridos no exercício 2009 na rubrica perdas de imparidade das dívidas de terceiros foram os seguintes:

	Saldo inicial	Reclassificação	Imparidade do ano	Reversão imparidade	Variação perímetro	Saldo final
Clientes c/c	446.224	-	105.273	-3.036	-	548.461
Outros devedores	315.511	-	79.072	-	-	394.583
	<u>761.734</u>	<u>0</u>	<u>184.345</u>	<u>-3.036</u>	<u>0</u>	<u>943.044</u>

15. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal unitário de 1 euro.

O grupo não efectuou qualquer transacção com acções próprias no ano 2009. As acções estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.000.000 acções próprias adquiridos por 11.179.644 euros.

O montante de reservas indisponíveis do grupo, ascende a 15.179.645 e dizem respeito às reservas legais (4.000.001 euros) e a outras reservas, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.644 euros).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os interesses minoritários detalham-se como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Ibersande	3.477.604	3.028.753
Grupo QRM	-	1.968.276
	<u>3.477.604</u>	<u>4.997.029</u>

16. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Empréstimos bancários	30.113.106	26.954.396
	<u>30.113.106</u>	<u>26.954.396</u>
Corrente	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Descobertos bancários	6.831.607	1.317.997
Empréstimos bancários	24.453.716	37.651.830
	<u>31.285.323</u>	<u>38.969.827</u>
Total empréstimos	<u>61.398.429</u>	<u>65.924.224</u>
Taxa de juro média	<u>2,6%</u>	<u>5,3%</u>

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
entre 1 e 2 anos	25.614.795	26.065.732
entre 2 e 5 anos	4.498.311	888.665
> 5 anos	-	-
	<u>30.113.106</u>	<u>26.954.396</u>

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados aos empréstimos a 31 de Dezembro de 2009, detalham-se como segue:

	FC 2010	FC 2011	FC 2012	FC 2013	FC 2014
Empréstimos	24.453.716	25.614.795	2.524.056	1.451.975	522.280
Juros	1.289.949	634.786	77.180	43.016	8.400

Para os Programas de Papel Comercial consideramos o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados.

No final do ano, o passivo corrente ascende a 84 milhões de euros, face ao 38 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se à opção pela utilização de dívidas de curto prazo para financiamento de investimento. Durante o ano 2010 é previsível que a sociedade desenvolva operações no sentido da consolidação de parte da dívida bancária de curto prazo.

O Grupo a 31 de Dezembro de 2009 tinha 27 milhões de euros relativos a papel comercial não emitido e linhas de crédito contratadas mas não utilizadas.

Edifícios e Outras Construções no valor de 4.859.692 € (8.560.341 em 2008) estão dados em garantia de empréstimos bancários (Nota 31).

A filial Lurca subscreveu um empréstimo em exercícios anteriores com um valor de 9.000.000 euros vencendo juros à taxa variável Euribor 12 meses, fixada no início de cada trimestre. Em 2007 foi reestruturado um derivado de cobertura para um Swap bonificado com barreira Knock-in com o objectivo de cobertura do risco de fluxos de caixa futuros, nas seguintes condições:

- Taxa de juro fixa (4,49%) se a taxa de juro variável fixada no início do trimestre menos o diferencial é igual ou inferior à barreira knock-in de 4,95%
- Taxa de juro variável fixada no início de cada período menos o diferencial, se a taxa de juro variável diferida é superior à barreira knock-in de 4,95%.
- Redução do capital coberto de 7.875.000 euros para 4.875.000 euros em 15/05/2009.

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

17.1. Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Impostos diferidos passivos	Dez-09	Dez-08
Homogeneização de amortizações	11.190.464	10.951.121
Perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	-1.267.776	-1.932.876
Anulação de imobilizações incorpóreas	-283.759	-310.679
Imposto do exercício Vidisco, Lurca e Vidisco UTE	552.343	584.188
	10.191.272	9.291.754

17.2. Impostos diferidos activos

O detalhe dos impostos diferidos activos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

Impostos diferidos activos	Dez-09	Dez-08
Prejuízos fiscais reportáveis	934.938	1.066.159
	934.938	1.066.159

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 616.326 referentes a prejuízos fiscais de 2.491.275 que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

SALDO DE REPORTES FISCAIS POR ANO LIMITE DE UTILIZAÇÃO (após utilização em 31-12-2009) (*)								
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2019	2021	TOTAL
347.354	688.986	1.007.931	1.883.646	1.056.675	576.279	30.209	438.894	6.029.974

(*) Empresas Portuguesas: 6 anos
Empresas Espanholas: 15 anos

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

	Activo	Passivo
Saldo Inicial	1.066.159	9.291.754
Diferenças temporárias no exercício	-131.221	899.518
Saldo final	934.938	10.191.272

18. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos apresenta-se como segue:

	Dez-09	Dez-08
Litígios judiciais	5.257	5.257
Outros	28.000	341.162
Provisões para outros riscos e encargos	33.257	346.419

	Saldo inicial	Reclassificação	Utilização	Anulação	Varição perimetro	Saldo final
Litígios judiciais	5.257	-	-	-	-	5.257
Outros	341.162	-	-63.199	-249.963	-	28.000
	346.419	0	-63.199	-249.963	0	33.257

As provisões para outros riscos e encargos variaram em 249.963, na filial Lurca, pela anulação do valor destinado à cobertura de prémios mensais por reforma antecipada dos trabalhadores, dado que se procedeu à exteriorização da cobertura junto de seguradoras locais, de acordo com o previsto na lei em Espanha. O restante valor decorreu do termo do litígio judicial entre a filial Vidisco e um seu ex-funcionário.

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Fornecedores locação financeira	2.310.332	3.193.031
Outros credores (1)	376.242	1.336.036
Outros passivos não correntes	<u>2.686.574</u>	<u>4.529.067</u>

(1) inclui um valor de 370.216, referente à dívida pela compra da Vidisco.

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Capital em dívida:		
Até 1 ano	2.003.495	2.094.786
Mais de 1 ano e até 5 anos	2.310.332	3.193.030
	<u>4.313.827</u>	<u>5.287.817</u>

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2009 detalham-se como segue:

	FC 2010	FC 2011	FC 2012	FC 2013	FC 2014	FC 2015	FC 2016/2023
Locação Financeira	2.003.495	1.545.567	653.358	111.406	0		
Outros Credores	1.772.941	34.874	28.848	28.848	28.848	28.848	225.976

20. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, apresenta-se como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Fornecedores c/c	20.023.279	18.729.389
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.766.377	1.530.841
Fornecedores de imobilizado c/c	4.655.485	4.356.026
Fornecedores locação financeira	2.003.495	2.094.786
Total contas a pagar a fornecedores	<u>28.448.636</u>	<u>26.711.042</u>
	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	47.400	42.709
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	4.238.105	3.984.257
Acréscimos de custos - Prémios	599.861	548.778
Acréscimos de custos - Juros a liquidar	45.200	139.189
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	1.742.025	910.167
Acréscimos de custos - Outros	2.319.305	1.755.282
Total acréscimos de custos	<u>8.991.896</u>	<u>7.380.382</u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	<u>37.440.532</u>	<u>34.091.424</u>

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Outros credores	1.889.038	1.870.790
Estado e outros entes públicos (1)	6.790.877	5.968.586
Proveitos diferidos (2)	6.395.801	7.527.702
Outros passivos correntes	<u>15.075.716</u>	<u>15.367.078</u>

(1) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de Iva a pagar (2.573.630 euros), IRC (1.803.588 euros) e Segurança Social (1.998.225).

(2) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Contratos com fornecedores (1)	6.202.495	7.379.204
Direitos de franquias	95.232	136.846
Subsidio para investimento	90.627	4.410
Outros	7.447	7.242
	<u>6.395.801</u>	<u>7.527.702</u>

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores até 31 de Dezembro de 2009 e respeitantes a períodos seguintes.

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2009 e 2008 podem ser decompostos como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Subcontratos	204.741	200.383
Electricidade, água, combustíveis e outros fluídos	8.257.485	8.253.457
Rendas e alugueres	21.555.468	22.307.930
Condomínios	4.284.717	4.375.625
Comunicação	996.049	1.242.959
Seguros	657.498	614.809
Ferramentas e utensílios desgaste rápido e mat.escritório	1.367.354	1.516.333
Royalties	6.762.691	6.680.830
Deslocações e estadas e transporte mercadorias	1.554.586	1.650.894
Honorários	1.057.451	1.021.852
Conservação e reparação	4.758.241	5.018.548
Publicidade e propaganda	6.402.280	6.420.274
Limpeza, higiene e conforto	2.102.058	2.213.222
Trabalhos especializados	3.348.201	3.685.762
Outros FSE's	1.535.915	1.565.049
	<u>64.844.735</u>	<u>66.767.927</u>

23. CUSTOS COM PESSOAL

Os Custos com o Pessoal em 2009 e 2008 podem ser decompostos como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e ordenados	51.803.342	52.038.701
Contribuições para a segurança social	11.830.378	12.045.116
Seguros de acidentes de trabalho	579.020	444.588
Custos acção social	7.650	3.838
Alimentação pessoal	2.203.363	2.295.877
Outros custos com pessoal (1)	816.506	455.255
	<u>67.240.259</u>	<u>67.283.375</u>
N.º medio de empregados	<u>5.705</u>	<u>5.986</u>

(1) outros custos com pessoal englobam, nomeadamente, indemnizações, recrutamento e formação do pessoal e medicina no trabalho.

24. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em Outros Custos Operacionais estão incluídos os seguintes custos:

Outros Custos Operacionais	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	515.942	607.226
Perdas em imobilizado	763.720	1.135.313
Quotizações	44.379	44.053
Ajustamentos de imparidade	184.345	-
Outros custos operacionais	273.794	170.839
	<u>1.782.180</u>	<u>1.957.432</u>

Por sua vez, a decomposição de Outros Proveitos Operacionais em 2009 e 2008 apresenta-se como segue:

Outros Proveitos Operacionais	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Proveitos suplementares	3.388.632	2.766.283
Subsídios à exploração	221.698	36.590
Ganhos em imobilizado	-	314.209
Indemnização Palácio de Gelo	-	325.145
Leaseback	-	35.936
Trabalhos para a própria empresa	25.555	-
Anulação de provisões	249.963	-
Reversão de ajustamentos de imparidade	3.036	20.816
Outros ganhos operacionais	45.974	17.269
	<u>3.934.858</u>	<u>3.516.247</u>

25. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

Nesta rubrica incluem-se em 2009 e 2008 os seguintes custos:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros suportados	1.678.799	4.115.932
Juros obtidos	-147.387	-175.403
Diferenças de câmbio	14.278	49.718
Descontos de pronto pagamento obtidos	-14.684	-20.728
Outros custos e proveitos financeiros	<u>340.011</u>	<u>188.380</u>
	<u>1.871.017</u>	<u>4.157.899</u>

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são detalhados como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Imposto corrente	4.289.561	3.548.738
Imposto diferido (Nota 17)	<u>1.030.739</u>	<u>1.705.482</u>
	<u>5.320.300</u>	<u>5.254.221</u>

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucros antes de impostos	<u>20.381.790</u>	<u>19.468.039</u>
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26,5%)	5.401.174	5.159.030
Efeito fiscal gerado por:		
Diferença de taxa de imposto aplicável nas ilhas e arquipélagos	-3.752	-652
Diferença de taxa de imposto aplicado noutros países	114.775	88.010
Impostos diferidos não reconhecidos por razões de prudência	-49.751	-160.187
Insuficiência/ (excesso) estimativa ano anterior	-18.848	-65.050
Alteração do resultado tributável por ajustes fiscais, de consolidação e outros efeitos	<u>-123.298</u>	<u>233.069</u>
Gastos de Imposto sobre o Rendimento	<u>5.320.300</u>	<u>5.254.221</u>

A taxa média ponderada dos impostos sobre lucros foi de 26% (2008:27%).

27. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	14.612.638	13.688.813
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.000.000	-1.996.679
	<u>18.000.000</u>	<u>18.003.321</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,81</u>	<u>0,76</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,81</u>	<u>0,76</u>
Número acções próprias no final do período	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

28. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009 os activos e passivos financeiros detalham-se como segue:

Activos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico	Método Valorização
Outros activos não correntes	contas a receber	1.575.686	custo amortizado
Investimentos financeiros	disponível para venda	511.165	justo valor s/ impacto DR
Caixa e equivalentes de caixa	contas a receber	20.649.468	custo amortizado
Clientes	contas a receber	4.288.463	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	contas a receber	1.534.386	custo amortizado
Outros devedores	contas a receber	2.964.727	custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	contas a receber	11.057	custo amortizado
		<u>31.534.952</u>	
Passivos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico	Método Valorização
Empréstimos	outros passivos	61.398.429	custo amortizado
Locação financeira	outros passivos	4.313.827	custo amortizado
Fornecedores	outros passivos	26.445.141	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	outros passivos	6.790.877	custo amortizado
Outros credores	outros passivos	2.265.280	custo amortizado
		<u>101.213.554</u>	

Apenas os Activos Financeiros (Clientes e Outros Devedores) apresentam perdas de imparidade, conforme evidenciado na Nota 14. Os ganhos e perdas em activos e passivos financeiros em 2009 e 2008 foram os seguintes:

	Ganho/ (Perda)	
	Dez-09	Dez-08
Contas a receber	-181.309	-54.470
Activos disponíveis para venda	-	-
Activos a custo amortizado	-	-
	<u>-181.309</u>	<u>-54.470</u>

Os juros de activos e passivos financeiros em 2009 e 2008 foram os seguintes:

	Juros	
	Dez-09	Dez-08
Contas a receber	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Passivos a custo amortizado	<u>1.678.799</u>	<u>4.115.932</u>
	<u>1.678.799</u>	<u>4.115.932</u>

Não existem activos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e consequentemente não há diferenças de câmbio relativas a activos e passivos financeiros.

29. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 22 de Abril de 2009 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,055 euros por acção (0,055 euros em 2008), os quais foram pagos em 22 de Maio de 2009 correspondendo a um valor total de 990.000 euros (990.180 euros em 2008).

30. FLUXOS DE CAIXA DECORRENTES DAS OPERAÇÕES

A desagregação dos fluxos de caixa da actividade operacional pode ser apresentada como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Recebimentos de clientes	207.739.502	216.393.769
Pagamentos a fornecedores	-111.572.750	-129.104.329
Pagamentos ao pessoal	-52.804.386	-53.053.741
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento	-3.260.097	-3.325.489
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional	<u>-3.556.318</u>	<u>-4.578.708</u>
Fluxos de caixa gerados pelas operações	<u>36.545.951</u>	<u>26.331.502</u>

31. CONTINGÊNCIAS

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio. Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>Dez-09</u>	<u>Dez-08</u>
Garantias prestadas	142.188	205.453
Garantias bancárias	4.010.175	3.745.746

Edifícios e Outras Construções foram dados em garantia de empréstimos bancários no valor de 1.194.556 € (1.927.347 em 2008).

32. COMPROMISSOS

Não existem investimentos contratados na data do Balanço ainda não incorridos.

33. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A 31 de Dezembro de 2009, o Balanço e Demonstração dos Resultados do empreendimento conjunto UQ Consult apresenta-se como segue:

	<u>Dez-09</u>
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	609.660
Existências	-
Dívidas de terceiros	937.694
Caixa e equivalentes a caixa	304.870
Acréscimos e diferimentos	117.695
Total do activo	<u>1.969.919</u>
Capital Próprio	
	<u>916.342</u>
Dívidas a terceiros médio e longo prazo	152.195
Dívidas a terceiros curto prazo	822.210
Acréscimos e diferimentos	79.172
Total do passivo	<u>1.053.577</u>
Total do capital próprio e passivo	<u>1.969.919</u>

	<u>Dez-09</u>
Volume de Negócio	2.576.854
Resultado operacional	-2.586.969
Custo de financiamento líquido	<u>-6.290</u>
Resultado antes impostos	-16.405
Imposto sobre o rendimento	<u>-17.868</u>
Resultado líquido	<u>-34.273</u>

34. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As entidades que detêm uma participação qualificada, com mais de 10% de direitos de voto, no grupo são:

- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 1.400 acções
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 1.400 acções
- ATPS, SGPS, SA – 425.182 acções
- IES, SGPS, SA – 9.998.000 acções

Após consideração do montante referente às acções próprias, os restantes 39% encontram-se dispersos.

Os saldos e transacções com entidades relacionadas não são materialmente relevantes, excepto quanto ao abaixo referido.

Remuneração e Benefícios atribuídos a administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 737.594,00 euros no ano de 2009. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detida em partes iguais pelos administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância

de 737.594,00 euros no ano de 2009, corresponderá a cada um dos administradores o valor de 368.797 euros.

35. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

Encontram-se revistas as seguintes Normas IFRS – IAS 27 e IFRS 3, cuja aplicação é obrigatória em 2010.

Não se estimam impactos significativos nas demonstrações consolidadas do grupo, caso tivesse sido efectuada aplicação antecipada das referidas Normas.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2009 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de Março de 2010.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 222.148.335 euros e um total de capital próprio de 95.322.555 euros, o qual inclui Interesses Minoritários de 3.477.604 euros e um resultado líquido de 14.612.638 euros), a Demonstração Consolidada do Rendimento integral, a Demonstração das alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no Capital Próprio Consolidado, o rendimento integral consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Ibersol, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Ibersol, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2009, as alterações no Capital Próprio Consolidado, o rendimento integral consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 11 de Março de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS,SA



Aos Senhores Accionistas

Em cumprimento das disposições legais estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato conferido ao Conselho Fiscal, emite-se o presente relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida bem como o parecer deste órgão relativo às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, por referência ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2009.

O Conselho Fiscal, no exercício da sua competência e com a extensão julgada adequada, acompanhou a actividade da sociedade e das suas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e a observância dos normativos legais e estatutários, tendo recebido, para tanto, informação do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do auditor externo Pricewaterhouse Coopers & Associados.

O Conselho Fiscal realizou reuniões trimestrais, com a intervenção de todos os seus membros, onde foram analisadas e apreciadas as matérias sujeitas à competência deste órgão e onde estiveram, igualmente presentes, o revisor de contas e o auditor externo, os quais reportaram ao Conselho Fiscal e deste obtiveram a anuência relativamente ao conteúdo do plano da sua actividade fiscalizadora, incluindo a destinada a apurar a eficácia do sistema de gestão de risco, controlo interno e auditoria interna e a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e respectivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte, a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade, tendo sido por aqueles prestadas informações detalhadas sobre os resultados apurados.

O Conselho de Administração prestou ao Conselho Fiscal os esclarecimentos necessários à compreensão da actividade e da informação financeira por si elaborada, tendo, para o efeito, reunido trimestralmente com o Conselho Fiscal.

Não foi comunicada ao Conselho Fiscal a verificação de qualquer irregularidade por parte de accionistas, colaboradores da sociedade ou outros.

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão das qualificações e independência do auditor externo e do revisor oficial de contas.

O Conselho Fiscal apreciou o relatório de gestão individual e consolidado e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivos anexos relativos ao exercício de 2009 apresentados pelo Conselho de Administração, a Certificação Legal de Contas e respectivo Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, tendo

igualmente analisado o Relatório de Auditoria apresentado pela Pricewaterhouse Coopers & Associados.

Nos termos da análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que os relatórios e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2009 permitem uma compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados e foram elaborados de acordo com as normas legais em vigor bem como que a proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com a lei e os estatutos, pelo que nada obsta à sua aprovação em Assembleia Geral.

Declaração

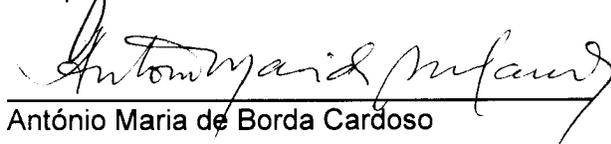
Nos termos previstos na al.c) do nº1 do artº 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 11 de Março de 2010

O Conselho Fiscal,


Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira


Joaquim Alexandre de Oliveira Silva


António Maria de Borda Cardoso